



Marx nasceu há 160 anos

*A doutrina
de Marx*

*é onnipotente
porque é justa*

- Lénine

Pág. 10

VIVA A AMIZADE ENTRE O PCUS E O PCP!



O comício de amizade PCUS-PCP encerrou com grande vibração a visita da delegação soviética a Portugal. Comunicado conjunto PCUS-PCP na pág. 2 e reportagens e discursos nas Páginas centrais

AMIZADE E SOLIDARIEDADE

Os representantes do PCUS e da União Soviética, como amigos sinceros do nosso povo, são e serão sempre bem vindos à terra portuguesa. (Álvaro Cunhal no comício de amizade)

O GOVERNO PS/CDS OFERECE AOS PATRÕES
O ESFORÇO DE MILHARES DE TRABALHADORES
Grão-Pará, Habitat, Xavier de Lima e Seicla (Leacock)

Pág. 5

O PCP condena a agressão sul-africana contra Angola

Manifestando a solidariedade dos comunistas portugueses face à agressão pelas tropas do regime racista da África do Sul contra a República Popular de Angola, a Comissão Política do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e ao camarada presidente dr. Agostinho Neto o seguinte telegrama:

Queridos camaradas:
A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, reunida em 8 de Maio de 1978, considerou a situação decorrente da incursão desencadeada por tropas da África do Sul, no passado dia 4, contra o território da República Popular de Angola, na região de Kassinga, que causou centenas de vítimas entre os cidadãos angolanos.

O Partido Comunista Português condena energeticamente esta criminoso acção dos racistas da África do Sul contra a soberania da RPA e inclina as suas bandeiras perante as vítimas da agressão.

A Comissão Política do CC do PCP regozija-se com a decisão unânime do Conselho de Segurança da ONU condenando a incursão armada e exigindo a retirada imediata e incondicional das tropas da África do Sul.

Nestes dias de luto e combate contra os agressores, o PCP, queridos camaradas, manifesta a sua inteira solidariedade ao MPLA-Partido do Trabalho, ao Governo da República Popular de Angola, ao Povo angolano e ao presidente Agostinho Neto.



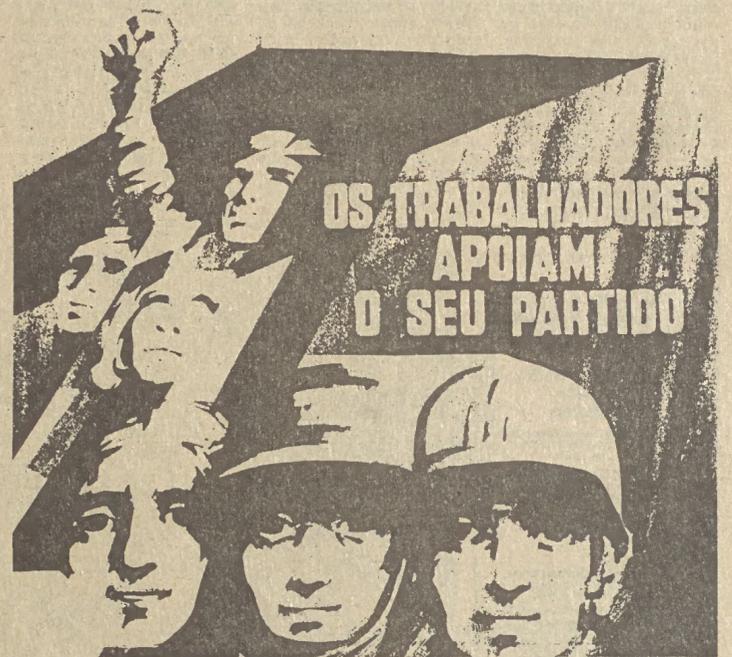
Uma fotografia de antes do 25 de Abril. A delegação de jovens portugueses presentes no X Festival da Juventude, realizado em 1973 em Berlim, capital da RDA, teve necessidade de se rodear de precauções contra a repressão: cara coberta, para que a PIDE não pudesse identificar pelas fotos os jovens que levaram do Portugal sob o fascismo uma mensagem de luta, de paz e de amizade

XI Festival da Juventude

Amanhã, no Pavilhão dos Desportos, a primeira iniciativa do Comité Nacional Preparatório: o Festival da Canção Política Pág. 3

O POVO DO AFEGANISTÃO LIBERTA-SE DO PASSADO

● Um dossier sobre a mais jovem revolução do Mundo - Pág. 12



CAMPANHAS EM MARCHA

Os comunistas de Braga já têm novo Centro de Trabalho; prosseguem as iniciativas para novo Centro em Évora; quase concluída a Campanha dos 500 contos do Algarve - Págs. 3 e 8

Editorial

O REAL E O FICTÍCIO NA RELAÇÃO DE FORÇAS

As mudanças de superfície podem dar uma visão errónea das verdadeiras alterações de fundo na situação política portuguesa. Só estas, porém, fornecem a imagem do país real, da verdadeira correlação de forças num dado momento da conjuntura política.

O alarido é frequentemente usado pela reacção para esconder a verdadeira situação. Mas isso não muda um milímetro a relação de forças existente. Distinguir os tiros de pólvora seca no tiroto da reacção é uma condição necessária para o conhecimento do país real.

Nos dias posteriores ao 1.º de Maio, ao invés da vontade popular tão claramente manifestada nas ruas de Portugal, recrudesceram as manobras da extrema-direita, avolumaram-se os perigos e ameaças fascistas; por outro lado, produziram-se a nível do Governo, passos de natureza política e económica que afectam gravemente as condições de vida do povo trabalhador, a economia e a independência do País; por outro lado ainda certos pescadores de águas turvas evidenciaram as suas ambições políticas.

Ao projecto democrático consagrado na Constituição e sancionado pela imensa vontade do povo outros se lhe contrapõem. Tais projectos trariam consigo o desastre como a nuvem traz a tempestade.

Das manobras, ameaças e medidas antipopulares, das ambições recalçadas uma certeza, porém, deve colher-se: a de que nenhum projecto político pode virar no Portugal de Abril se não tiver a suportá-lo a força decisiva do povo trabalhador. E o nosso povo de maneira muito clara mostrou firmemente que se recusa a ser o suporte de qualquer projecto que ignore os seus interesses profundos.



A extrema-direita reagrupa-se, intensifica os seus ataques ao regime democrático. O MIRN e Kaulza tira em definitivo a máscara e exprime os objectivos imediatos da reacção fascista: liquidar a "democracia parlamentarista" e substituí-la por um regime de "direita democrática presidencialista" (Salazar chamou-lhe "democracia orgânica"). Ao mesmo tempo dá relevo ao seu amigo Sá Carneiro a quem simpaticamente dá uma posição de "esquerda" no seu esquema político. O eixo MIRN e Kaulza, PPD e Sá Carneiro define-se assim no plano político e ideológico e destina-se a polarizar toda a direita reacção e pró-fascista contra a democracia portuguesa.

No Coliseu de Lisboa o comício do PDC constituiu uma verdadeira parada de elementos fascistas e fascizantes. Com um Pinheiro de Azevedo, companheiro do sr. Tomás Rosa na empreitada da "TV Independente", com o sr. Galvão de Melo em lugar de destaque, um resuscitado partido fascista, certamente apoiado pela alta finança, fez no Coliseu uma autêntica profissão de fé fascista.

Ao reactivar do fascismo em Portugal não faltam também os apoios directos da reacção internacional aos novos candidatos a ditadores da extrema-direita: sob o alto patrocínio do sr. Franz Strauss, cujas posições neonazis são conhecidas, e do sr. Otão de Habsburgo, velho amigo de Salazar e Caetano, vai criar-se em Portugal uma "associação de estudos" de que farão parte os srs. Sá Carneiro, Kaulza, Silvério

Marques e outros. Se Kaulza dá o toque ao programa político do eixo MIRN-Sá Carneiro, Mota Amaral, cuja benevolência cumpre para com o separatismo insular ficou suficientemente demonstrada, dá um outro toque revelador do "patriotismo" dos novos condutores do PPD/PSD. Disse ele: "Se o inimigo viesse até aqui... o governo regional não hesitaria um momento em chamar outras forças que aqui viessem garantir a paz e a tranquilidade do povo açoriano". Quem é para o sr. Mota Amaral o inimigo, que forças chamaria ele em seu auxílio? Seria bom que o chefe do Governo Regional dos Açores esclarecesse o País melhor do que o fez acerca do real significado das suas palavras.

O sr. Kaulza afirma-se "presidencialista" — naturalmente o presidencialismo do sr. Kaulza de Arriaga. Mas seria interessante saber o que pensam disto os outros candidatos a presidentes da extrema-direita. Como irão resolver a pugna "presidencialista" Sá Carneiro, Kaulza, Pinheiro de Azevedo e Galvão de Melo? Não serão talvez presidentes a mais quando há um Presidente eleito que tem ainda à sua frente três anos de mandato?

Os mentores da extrema-direita, inimigos principais da democracia portuguesa encontram o seu trabalho extremamente facilitado pela nova arrancada da política de recuperação capitalista do Governo PS/CDS.



O Governo PS/CDS acaba de dar mais um passo altamente lesivo do bem-estar e da independência dos portugueses com as novas medidas económicas e financeiras incluídas no Orçamento Geral do Estado, os seus acordos com o FMI e a retomada espectacular das desintervenções.

A desvalorização "desluzante" do escudo que para já lhe rouba o valor em 6,1% levará dentro de um ano à quebra previsível mas certamente mais acentuada de 27% — o que anulará os ajustamentos salariais previstos até 20%. Além do ministro Basílio Horta, do CDS, admite abertamente a diminuição do poder de compra das classes trabalhadoras.

O aumento generalizado dos impostos indirectos — os que mais pesam sobre a população trabalhadora — a subida de 10% no imposto profissional, o agravamento da taxa de desconto de 13 para 18%, a exclusão de bonificações no crédito a conceder pelo Banco de Portugal às empresas nacionalizadas quando são concedidas a actividades privadas, não deixarão de afectar rudemente as classes de menos posses e os sectores básicos da economia nacional. Os acordos com o FMI e as medidas preconizadas no Orçamento Geral do Estado não conduzem à recuperação económica do País, não resolverão nenhum dos graves problemas que o Governo promete resolver.

O PCP contesta a inevitabilidade do agravamento das condições de vida do Povo português implícito nas medidas económicas e financeiras do Governo PS/CDS, contesta as afirmações do ministro Basílio Horta, claramente dirigidas contra o PCP, de que as acusações (dos comunistas) à política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista praticada pelo Governo sejam "chavões normais para encobrir as verdadeiras realidades do País".

Nenhum ministro responsável pode ignorar que unicamente o PCP tem procurado dar uma contribuição positiva para a solução dos problemas nacionais que a política do PS e dos partidos da direita tem agravado, só o PCP tem realizado debates e estudos sérios da problemática nacional e formulado propostas concretas para melhorar o "processo produtivo", o "sistema de organização da economia", a "rentabilidade das empresas" e a "produtividade do trabalho" a que alude o ministro.



A oposição do PCP nada tem de comum com a "oposição" do PSD de Sá Carneiro à política do Governo PS/CDS.

O PPD/PSD "opõe-se" porque quer agravar mais ainda o fardo da crise sobre os ombros dos trabalhadores, quer intensificar a ofensiva contra a Reforma Agrária, quer anular as liberdades e direitos do povo trabalhador e destruir mais rapidamente as conquistas da Revolução.

O PPD/PSD é o autor da nova lei do arrendamento rural que coloca os rendeiros à mercê da ganância dos senhorios ricos e lhes permite fazer despedimentos quando muito bem querem e entendem sem nenhuma consideração pelos interesses dos modestos agricultores rendeiros que extraem da terra o seu pão e o pão dos seus em condições extremamente penosas.

O PPD com o CDS e o PS votaram as leis da contra-reforma agrária, de Barreto, a das indemnizações aos grandes acionistas das empresas nacionalizadas e aos latifundiários expropriados, a dos "limites do sector público e privado" que atenta contra as nacionalizações.

O PPD/PSD como o CDS mantiveram constantemente sobre o anterior governo PS sozinho toda a pressão para levar por diante a sua política antioptimista e de submissão ao imperialismo.

O PPD/PSD "opõe-se" ao Governo PS/CDS porque quer partilhar com estes dois partidos o "bolo" do Poder. A coligação a três era e continua a ser um objectivo do PPD/PSD e é lícito verificar que dirigentes socialistas como Salgado Zenha, por exemplo, no meio das suas diatribes anticomunistas e de soezes calúnias contra o Secretário-Geral do PCP e os comunistas, que ele exclui da possibilidade de participarem em qualquer governo, admite essa participação ao PPD e a Sá Carneiro.



Pescando nas águas turvas certas personagens que deixaram rasto na política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista saem de novo da sombra para retomar o fio do seu comportamento reacçãoário.

Na "Casa de Mateus", em Vila Real, os ex-ministros Barreto e Medeiros Ferreira pontificaram de novo como "grandes políticos" a quem o Povo português não passa cartão.

O ódio de Barreto à Reforma Agrária, todas as suas tentativas de destruição das UCPs vão sendo co-

nhecidas na sua verdadeira dimensão. O escândalo das sementes deterioradas, que afectou 10 000 hectares da área semeada e uma parte considerável da colheita cerealífera na zona da Reforma Agrária, tem a responsabilidade fundamental do ex-MAP. O ex-ministro Barreto retardou o mais possível a compra e a entrega de sementes destinadas às UCPs para as sementes de Inverno. As terras arroteadas patrioticamente pelos trabalhadores da Reforma Agrária receberam tardiamente sementes inadequadas, de inferior qualidade, que comprometeram gravemente o esforço patriótico dos trabalhadores alentejanos.

Agora na "Casa de Mateus" Barreto, qual De Gaulle da "Europa das Nações" defende a "complementaridade" da economia portuguesa com "lida rança" do estrangeiro. Barreto, esperança da CAP a qual CAP, "não desdenha de ver 22 000 trabalhadores desempregados por efeitos da aplicação sem mais da Lei da Reforma Agrária de Barreto" — como agora denuncia o Secretário de Estado António Campos —, Barreto diz que o mais difícil para a nossa integração é... "o atraso da nossa agricultura e a sua falta de condições óptimas". Para quem condenava as terras restituídas aos agrários a pousios de três e mais anos não está mal...



O conhecimento das particularidades e características das forças políticas que se reagrupam no processo político português, das suas motivações de classe, da sua orientação, das suas soluções e propostas, é de uma enorme importância para os trabalhadores portugueses na hora actual.

Face aos inimigos da Revolução que querem fazer regressar o fascismo à nossa Terra, face aos que por uma política radicalmente errada arrastam o País para a bancarrota, face aos pescadores das águas turvas que julgam chegada a sua hora, é importante ter diante dos olhos um outro eixo de importância decisiva no curso actual dos acontecimentos nacionais: o movimento popular democrático.

As grandiosas comemorações nacionais do 25 de Abril e sobretudo a impressionante força popular das manifestações do 1.º de Maio em todo o País constituem um dado essencial para uma correcta avaliação de forças no Portugal democrático da primavera de 1978.

Rompendo as cortinas de fumo da propaganda fascista e fascizante dos agentes da desestabilização política e militar da extrema-direita, que sonham com a destruição da ordem democrática e com o advento de uma nova ditadura reacçãoária, o país real aí está patente aos olhos de quem o quer ver. E aos olhos de quem o quer ver uma outra certeza se colhe com cristalina limpidez: o nosso país real não está politicamente aberto aos torvos projectos da reacção e do imperialismo.

As jornadas inesquecíveis de Abril e Maio mostram que para além dos desencontros e contradições secundárias e superáveis crescem no seio do movimento popular e democrático factores de coesão e de identidade favoráveis à defesa e consolidação do projecto democrático consagrado na Constituição da República.

A situação nas Ilhas

Sob o domínio dos Governos Regionais do PPD apoiados abertamente pelo CDS, as massas populares dos Açores e da Madeira continuam ainda hoje, quatro anos passados sobre o derrube do fascismo, a viver numa situação antidemocrática, onde diariamente são violados os legítimos direitos e liberdades dos cidadãos.

A recente agressão a Almeida Santos, militante socialista e membro do Governo central, veio culminar uma situação de há muito denunciada pelo PCP, numa clara advertência ao PS de que nem só os comunistas constituem alvo para as forças reacçãoárias. Apesar da preocupação que, finalmente, parece ter chegado aos dirigentes socialistas e das próprias medidas anunciadas nos dias que se seguiram, nem por isso a situação melhorou. A semelhança do sucedido noutros pontos do País onde as liberdades são violadas, recordamos que foram presos nos Açores trabalhadores que

colavam cartazes nas paredes, alusivos às comemorações oficiais do 25 de Abril, ao mesmo tempo que o Município do Funchal se recusava a ceder o Teatro Municipal para a realização de uma sessão comemorativa da data.

Estes exemplos, a par das agressões e violências e da completa impunidade com que actuam as organizações fascistas da FLA e da FLAMA, colocam na ordem do dia a necessidade urgente de fazer chegar a todo o território nacional o sistema democrático que o Povo português inequivocamente escolheu.

Enão só as populações das ilhas o exigem, como as de todo o País, como se tem vindo a demonstrar nas inúmeras demonstrações de solidariedade realizadas no continente. Recordamos, por exemplo, o espectáculo promovido pelo PCP no Pavilhão dos Desportos, que constituiu um êxito em todos os aspectos, incluindo o financeiro; a colecta de

fundos feita espontaneamente durante a Conferência sobre o Ensino, numa secção onde se falou das Ilhas, e que rapidamente juntou quase cinco mil escudos; as inúmeras moções de repúdio pelo terrorismo permitido nos Açores e Madeira, aprovadas por comissões de moradores e outras organizações populares; ou ainda os grupos unitários de apoio às forças progressistas e população em geral formados em Almada, Porto e Coimbra.

A aproximação que se tem vindo a verificar entre socialistas e comunistas e outras forças de esquerda nas Regiões Autónomas contribuiu também para o fortalecimento da unidade na luta contra o perigo fascista, sendo significativa a adesão dos militantes socialistas às comemorações do 25 de Abril que homens e mulheres progressistas ali levaram a cabo e as significativas manifestações do 1.º de Maio.

O esclarecimento do verdadeiro rosto do separatismo assume

igualmente enorme importância, como o demonstram os recentes acontecimentos ocorridos em empresas da construção civil do Funchal, Ponta-de-Sol, Canhas e outras, onde a FLAMA decidiu distribuir centenas de camisolas com a sua sigla. Se trabalhadores houve que as não aceitaram, outros receberam-nas mesmo. Só que, graças a uma acção de esclarecimento pelos seus camaradas mais conscientes, a maioria viria a rasgá-las e nalguns casos a devolvê-las, manifestando desta forma o seu repúdio pelos separatistas.

Estes pequenos exemplos constituem um elucidativo testemunho de quão valiosas se tornam as acções esclarecedoras e de solidariedade para com as forças progressistas e a população das ilhas, num esforço comum para obrigar as autoridades a assumirem as suas responsabilidades e a garantirem a ordem democrática em todo o território nacional.

Comunicado conjunto sobre a visita a Portugal da delegação do PCUS

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 2 a 7 de Maio uma delegação do Partido Comunista da União Soviética, dirigida por Vladimir Dolguin, Secretário do CC do PCUS e integrada por Vladimir Kluev, membro do CC do PCUS, 1.º Secretário do Comité do PCUS da região de Ivanovo, Alexandra Birukova, membro do CC do PCUS, Secretário do Comité do PCUS da região de Zaporíjje e Iuri Jilina, colaborador do Comité Central do PCUS.

Esta delegação teve conversações com uma delegação do Partido Comunista Português dirigida por Álvaro Cunhal Secretário-Geral do Partido e da qual faziam parte Sérgio Vilarigues, Octávio Pato e Carlos Costa, membros da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional do CC.

No decorrer das conversações, a delegação do Partido Comunista da União Soviética informou pormenorizadamente a delegação do PCP sobre a actividade do PCUS e do Bureau Político do Comité Central do PCUS, encabeçado pelo Secretário-Geral do CC do PCUS, presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, camarada L.I. Brejnev, no cumprimento das resoluções do XXV Congresso, orientadas para o exterior desenvolvimento da economia socialista, a ascensão constante do nível material e cultural dos trabalhadores da União Soviética e o aperfeiçoamento progressivo da democracia socialista. A delegação do PCUS deu ainda uma informação detalhada sobre os esforços consecutivos da União Soviética no interesse do fortalecimento da segurança internacional e do desenvolvimento da cooperação mutuamente vantajosa entre Estados com sistemas sociais diferentes.

A delegação do Partido Comunista Português deu uma informação sobre a actividade do Partido e a sua luta pela defesa, consolidação e desenvolvimento do regime democrático consagrado na Constituição e pela consolidação das conquistas democráticas do povo português, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário. Na sua informação, a delegação do PCP realçou também a luta dos comunistas

contra as conspirações reacçãoárias e fascistas, contra as medidas que põem em causa as conquistas do povo português e pelo estabelecimento e reforço da unidade entre todas as forças sociais e políticas interessadas na defesa das instituições democráticas. Referiu ainda a contribuição que o Partido procura dar para a solução dos problemas da economia portuguesa, com base nos recursos nacionais, no aumento da produção e na redução de consumos sumptuários, de forma a superar a crise actual e a permitir que Portugal empreenda uma nova fase do seu desenvolvimento económico, assegurando a sua independência nacional.

A delegação do PCP manifestou o seu apreço pelas relações de amizade fraternal desde há muito existentes entre o PCP e o PCUS, realçando a solidariedade constante prestada pelos comunistas e pelo povo soviético à longa luta do povo português contra o fascismo, pela democracia e a liberdade, o seu apoio à Revolução de 25 de Abril e a solidariedade da URSS para com o novo Portugal democrático.

As duas delegações manifestaram o empenhamento dos Partidos respectivos na luta pela paz, pelo desanuviamento internacional, pelo desarmamento geral e completo, condenando energeticamente a corrida aos armamentos, nomeadamente os novos planos agressivos de fabricação da bomba de neutrons e seu armazenamento na Europa ocidental. Assinalaram os significativos avanços verificados no processo revolucionário mundial nos últimos anos, destacando a vitória do povo vietnamita e dos outros povos da Indochina contra a agressão imperialista, a queda dos regimes fascistas em Portugal, Grécia e Espanha, a Revolução portuguesa, os êxitos alcançados no processo de desanuviamento, segurança e cooperação entre os povos europeus, as vitórias das lutas de libertação dos povos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, que iniciaram a construção de uma vida nova, alterando profundamente a correlação de forças no continente africano.

As duas delegações manifestaram a sua solidariedade a todos os povos

em luta pela democracia, a independência nacional, o progresso social, a paz e o socialismo. Condenaram com firmeza as intervenções imperialistas contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique, saudando calorosamente os êxitos obtidos pelos povos destes países nas novas tarefas de reconstrução nacional. Expressaram o seu apoio solidário aos povos em luta contra a reacção e o fascismo, designadamente os povos do Chile e Uruguai. Manifestaram a sua enérgica condenação da política expansionista e agressiva de Israel e a sua solidariedade à luta dos povos árabes, nomeadamente do povo palestino, pelos seus direitos nacionais. Condenaram energeticamente os regimes racistas da África Austral e expressaram o seu apoio à luta dos povos do Zimbábue, Namíbia e África do Sul contra o racismo, o neocolonialismo e o apartheid. Expressaram a sua solidariedade para com o povo etíope, em luta pela soberania e integridade territorial do seu país, contra a ingerência estrangeira.

Os dois Partidos destacaram o importante significado que para o avanço da luta dos povos assume a ampliação e o aprofundamento da unidade da frente anti-imperialista mundial. Neste processo, realçaram a importância fundamental do reforço da unidade do Movimento Comunista Internacional, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, para a qual continuarão a contribuir em toda a sua actividade. A delegação do Partido Comunista Português manifestou o seu apreço pela contribuição prestada pelo PCUS e pela URSS ao desenvolvimento do processo revolucionário mundial, expressa pelos êxitos alcançados no desenvolvimento do socialismo a nível económico, social, científico e cultural e na construção das bases materiais e técnicas do comunismo, bem como pela sua solidariedade constante a todos os povos em luta pela democracia, a independência nacional, o progresso social e o socialismo. Realçou o papel desempenhado pela União Soviética na contenção das ameaças e agressões do imperialismo e a sua grande contribuição para a causa da paz mundial, pela realização

de uma política externa leninista de coexistência pacífica entre países com regimes sociais diferentes.

As duas delegações condenaram as campanhas anti-soviéticas desencadeadas pelo imperialismo e a reacção internacional com o objectivo de desacreditar os ideais do socialismo e os êxitos alcançados na sua construção.

A delegação do PCUS manifestou a sua solidariedade fraternal para com o Partido Comunista Português, que luta com o n s e q u e n t e e abnegadamente pelos direitos vitais dos trabalhadores portugueses e a independência nacional e o seu apreço pela contribuição dada pelo PCP ao desenvolvimento de Portugal no caminho da liberdade, da democracia, do progresso social e do socialismo.

A delegação do PCUS expressou o apreço dos comunistas soviéticos pela solidariedade internacionalista dos comunistas e dos trabalhadores portugueses para com o povo soviético na construção do comunismo. As delegações dos dois Partidos consideraram de mútuo interesse para os seus respectivos povos a ampliação e o aprofundamento das relações entre a União Soviética e Portugal e, através da sua actividade, propuseram-se continuar a contribuir para esse objectivo.

As conversações decorreram num ambiente fraterno e cordial, que caracteriza as relações existentes entre o PCUS e o PCP.

Durante a sua estadia em Portugal, a delegação do PCUS, além de uma visita a Lisboa, Sintra e Cabo da Roca, teve oportunidade de tomar contacto com diversos aspectos da actividade do PCP e com os trabalhadores e o povo português, designadamente em visitas efectuadas à Siderurgia Nacional, à UCP "Muralha de Aço", na Vidigueira, e às Minas de Aljustrel, tendo igualmente realizado contactos com entidades oficiais portuguesas.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Av. António Serra, 26-2, D.º - Lisboa, 1. Tel. 769896/7.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2, D.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3, D.º - Lisboa-1. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705. Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 579 - Porto. Tel. 28938. Casa de Venda: R. do Almada, 18-2,º Esq. - Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Terreiro de Erva, 5 - Coimbra. Tel. 28354. Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564. Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493. Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcão de Balsem, 13 - Évora. Tel. 28361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e Impressão na Heala Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Abril: 83 937



de uma política externa leninista de coexistência pacífica entre países com regimes sociais diferentes.

As duas delegações condenaram as campanhas anti-soviéticas desencadeadas pelo imperialismo e a reacção internacional com o objectivo de desacreditar os ideais do socialismo e os êxitos alcançados na sua construção.

A delegação do PCUS manifestou a sua solidariedade fraternal para com o Partido Comunista Português, que luta com o n s e q u e n t e e abnegadamente pelos direitos vitais dos trabalhadores portugueses e a independência nacional e o seu apreço pela contribuição dada pelo PCP ao desenvolvimento de Portugal no caminho da liberdade, da democracia, do progresso social e do socialismo.

A delegação do PCUS expressou o apreço dos comunistas soviéticos pela solidariedade internacionalista dos comunistas e dos trabalhadores portugueses para com o povo soviético na construção do comunismo. As delegações dos dois Partidos consideraram de mútuo interesse para os seus respectivos povos a ampliação e o aprofundamento das relações entre a União Soviética e Portugal e, através da sua actividade, propuseram-se continuar a contribuir para esse objectivo.

As conversações decorreram num ambiente fraterno e cordial, que caracteriza as relações existentes entre o PCUS e o PCP.

Durante a sua estadia em Portugal, a delegação do PCUS, além de uma visita a Lisboa, Sintra e Cabo da Roca, teve oportunidade de tomar contacto com diversos aspectos da actividade do PCP e com os trabalhadores e o povo português, designadamente em visitas efectuadas à Siderurgia Nacional, à UCP "Muralha de Aço", na Vidigueira, e às Minas de Aljustrel, tendo igualmente realizado contactos com entidades oficiais portuguesas.

O comício de amizade realizado no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, expressou os profundos sentimentos de solidariedade internacionalista dos comunistas e do povo português para com o PCUS e o povo soviético.

Lisboa, 6 de Maio de 1978

Em marcha a campanha dos 2500 contos para o pagamento da nova sede da Comissão Distrital de Braga do PCP

Já está em marcha a campanha dos 2500 contos para a aquisição do novo Centro de Trabalho da Comissão Distrital de Braga do nosso Partido, cujo contrato-promessa foi subscrito no passado dia 23 de Abril. Com a mesma determinação, entusiasmo e dinamismo revelado pelos comunistas daquele distrito, quer na luta contra as forças reacçãoárias e fascistas, quer na "Promoção das Conquistas de Abril" e na Campanha dos 50 mil contos, os nossos camaradas trabalham para alcançar mais um importante sucesso.

No curto espaço de tempo de um mês, foram recolhidos cerca de quatro centenas de contos que permitiram o pagamento de parte do "sinal", uma vez que a Caixa Central do Partido emprestou o restante para não se gerar a transacção. Estamos confiantes que esta tarefa será realizada e conseguidos o dinheiro indispensável ao pagamento do edifício que se vai possiblitar melhor as condições de trabalho, declarou ao "Avante!" o camarada António Lopes, membro do Comité Central e da

Direcção da Organização Regional do Norte, a propósito desta importante iniciativa.

Resistir, organizar lutar e vencer

Quem passa no Campo da Vinha de para com um edifício completamente destruído, com parte do pavimento carbonizado. As portas coradas apresentam ainda sinais das chamas ateadas por bandos de fascistas. Foi em Agosto de 75, ali, dia e noite, militantes do Partido Comunista Português passaram centenas de horas.

Os fascistas destruíram o funcionamento de 10 dos 14 Centros de Trabalho do Partido no distrito. Dezenas e dezenas de camaradas deste distrito de Braga, recorda António Lopes, sacrificando os seus empregos, as suas férias e o seu trabalho, passaram grande parte do seu tempo dentro das nossas sedes para as defenderem da destruição. No dia de assalto, aqui, em Braga, estavam quase cem militantes (homens, mulheres e jovens) que



O camarada António Lopes

resistiram corajosa e tenazmente. Podemos dizer que a destruição não se ficou a dever à falta de coragem.

Proseguindo, o dirigente comunista salientou que foi, aliás, esse espírito de sacrifício e de partido que possibilitou, passados dias, que os comunistas aparecessem na rua com propaganda e a imprensa do Partido. Pode dizer-se, referiu a propósito, que foi nessa altura que a venda do "Avante!" atingiu os números mais elevados. O Partido continuou a reunir e a trabalhar. Muitas vezes, foram feitas ameaças e camaradas que cediam as suas casas para reuniões. Outros perderam o seu emprego pela acção corajosa em defesa dos Centros de Trabalho do Partido.

O Partido resistiu a 48 anos de fascismo e àquele onda de violência que se fez sentir em algumas regiões do país no Verão de 75. A resistência dos militantes comunistas que, dia a dia, defenderam firmemente o seu direito às liberdades democráticas permitiu a recuperação de muitas posições. Em 25 de Setembro de 75 reabriu o Centro de Trabalho de Fomalico, várias vezes alvo de violentos ataques e defendido com tenacidade e coragem. Em 12 de Março de 76, os comunistas voltam a ter Centro de Trabalho em Braga, instalado num edifício cedido provisoriamente pelo Governo Civil.

Crece a influência e organização do PCP

Na fronteira da sede destruída esteve patente, durante muito

tempo, um painel onde se lia: esta casa é a imagem das liberdades que os fascistas defendem. Pela defesa da liberdade e da democracia, vota PCP. A poucos metros de distância, num velho edifício da Rua do Carmo, militantes, simpáticos e amigos do Partido trabalhavam no arranjo das instalações e desenvolviam uma intensa actividade.

Logo a seguir ao incêndio, lembra António Lopes, o Partido procurou reorganizar-se. Mesmo nas condições difíceis que enfrentávamos, a nossa grande preocupação era abrir de novo o Centro de Trabalho. Fizemos inúmeras tentativas

de pessoas com casas vagas, que as recusavam. Em Março, nas vésperas das eleições para a Assembleia da República votamos para aqui. O Governador Civil cedeu-nos a casa onde funcionava o antigo Asilo dos Velhos. Nessa altura, fomos muito hostilizados pelas forças da direita e pela imprensa reacçãoária.

Todavia, lenta mas seguramente os tempos mudavam. Porque, camarada António Lopes? Além de aspectos políticos nacionais, retorquiu o nosso interlocutor, parece-me que um dos factores determinantes foi o desenvolvimento da



O prédio adquirido para o novo Centro de Trabalho. A lápida afixada na fronteira assinala o nascimento nesta casa, em 1948, do arquitecto Carlos Amarante



O Centro de Trabalho do PCP destruído em 1975

organização do Partido e a sua capacidade para estreitar as ligações com as massas populares. Foram corrigidos alguns erros que provocavam alguns problemas de isolamento. Hoje, os comunistas estão intimamente ligados aos problemas e aspirações do distrito. Por outro lado, muitos que nos hostilizavam em 75 concluíram pela sua experiência quotidiana, pela própria vida, que o Partido não é aquilo que os caciques e as forças mais reacçãoárias propalavam.

Na verdade, muitos são os parâmetros que confirmam as palavras acima citadas. Nas eleições legislativas os votos do PCP, o único que não baixou no distrito, passaram de 12479 (3,7%) para 13744 (4,1), não tendo sido eleito um deputado por escasso número de sufrágios. Nas eleições para as autarquias locais, o Partido e os seus aliados aumentaram igualmente o número de votos e conquistaram vitórias em algumas localidades. Confirmando inteiramente a evolução positiva para as forças progressistas, as manifestações do 1.º de Maio de 78 foram as mais grandiosas de sempre.

Entretanto, continuam a inscrever-se no Partido inúmeras pessoas. A organização duplicou desde 77. Durante a "Promoção das Conquistas de Abril" aderiram ao PCP mais de um milhão de novos militantes. Actualmente, o ritmo de inscrições mantém-se quase ao nível da Promoção.

Recolhidos 400 contos para a sede nova num mês

Em fins do ano transacto, perante a perspectiva de ter de abandonar as actuais instalações em Dezembro de 78, o Partido começou a encarar o problema da nova sede. A organização dedicou a esta questão a melhor atenção.

Foram feitas várias reuniões amplas e encorajadas três hipóteses: alugar de uma casa, reconstrução da antiga sede e compra de uma moradia. Para o efeito foi constituída uma comissão que fez inúmeras diligências. Em Janeiro, goradas as duas primeiras hipóteses, a Comissão e organização distrital chegaram à conclusão de que só lhes restava a terceira.

Fizemos vários contactos. As dificuldades foram grandes, revelou-nos o camarada António Lopes. Houve quem tivesse casas à venda e que recusou efectuar a transacção só porque o comprador era o Partido. Quando se decidiu comprar uma casa, onde se instalara o futuro Centro de Trabalho, foi iniciada uma recolha de fundos. Ao fim de um mês, conseguimos o dinheiro necessário para o contrato-promessa, cerca de 400 contos.

Desde o início do processo, tem havido uma grande participação da organização do Partido, disposta a levar por diante a decisão ampla e colectivamente adoptada. Segundo nos revelou o nosso interlocutor, cada militante abriu uma "ficha" com duas rubricas: uma comprometia-se a dar uma importância que permitisse o pagamento do "sinal", enquanto na outra, a quantia que vai liquidando, em prestações, durante um ano. Além dos 419 contos já angariados, estão já subscritos pelos comunistas do distrito mais 1800 contos, esperando-se que essa importância seja maior logo que estejam totalmente distribuídas as fichas.

Os militantes do concelho do distrito de Braga, salientou António Lopes, sentem com muita acuidade o problema da sede, desde sempre. A campanha de fundos só começou há cerca de um mês. Além das "fichas" estão a ser

postas a circular listas de recolhas de fundos. Pode dizer-se que há gente ainda desconhecadora da Campanha dos 2500 contos. Todavia, os primeiros resultados revelam que os militantes, simpáticos e amigos do Partido encaram a questão não só como sendo a compra de um edifício, mas também como uma importante vitória política dos comunistas e do conjunto das forças que lutam pela democracia e o progresso social nesta região.

Há inúmeros exemplos de contribuições extraordinárias se considerarmos a capacidade económica dos camaradas e amigos. Na "Grundig", por exemplo, a contribuição mínima ultrapassa os dois contos. Por outro lado, sabemos também que a campanha tem encontrado boa receptividade, inclusivamente junto de trabalhadores e democratas sem partido. Por tudo isto, estamos confiantes no sucesso desta importante tarefa.

A finalizar, o camarada António Lopes, depois de nos revelar estarem previstas diversas iniciativas (edição de um autocollante e realização de uma grande festa popular no próximo dia 2 de Julho), acentuou:

O novo Centro de Trabalho, que funcionará na Rua de Santo André, vai contribuir muito para a melhoria do funcionamento da nossa organização. É bom que se diga que aqui, na sede actual, só o permanecer-se cá exige um grande espírito de sacrifício. Havia dias de inverno que chovia por todos os lados e o frio era de "rachar". Ao contrário, nas novas instalações, vai ser possível organizar melhor os diversos serviços e o próprio trabalho partidário e a afluência será muito maior. Por último, a própria campanha de recolha de fundos irá contribuir para a dinamização da nossa actividade.

A tua ajuda também conta!

Naturalmente o sucesso desta iniciativa para o pagamento da nova sede da Comissão Distrital de Braga, um edifício com três andares e doze salas espaçosas, sito na Rua de Santo André, está nas mãos e no empenho que os camaradas, simpáticos e amigos daquela região demonstrarem.

Uma vez mais, os comunistas e todos os que com eles querem liquidar o caciquismo e defender as liberdades do distrito de Braga não pouparão esforços e energias para angariar a verba indispensável à aquisição da casa onde funcionará mais uma sede do nosso Partido.

Mas, camarada e amigo, a tua ajuda também é importante. Queres contribuir para a campanha dos 2500 contos? Pois bem, envia a importância em cheque ou vale do correio para o Banco Totta & Aço, conta corrente n.º 4757397/001, em nome de António Joaquim de Azevedo Ferreira Lopes, Luis Joaquim Fernandes e Humberto Soeiro.

XI Festival Mundial da Juventude: 150 organizações juvenis presentes no Comité Nacional Preparatório

A realização dos Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes, as mais importantes jornadas de luta, amizade e solidariedade juvenil, tem mobilizado em todo o mundo milhões de jovens, unidos pelo ideal da paz e da fraternidade.

Já se realizaram dez festivais. O próximo, o XI, terá lugar em Havana, capital da República Socialista de Cuba, entre 28 de Julho e 5 de Agosto próximos, e decorrerá sob o lema "Pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade".

Para a Juventude portuguesa este Festival assume um significado muito especial: pela primeira vez, os jovens do nosso país participam em condições de liberdade democrática no trabalho preparatório dessa grandiosa jornada internacional da juventude.

E é deste trabalho que nos fala Teresa Conde, membro do Comité Nacional Preparatório (CNP) do XI Festival Mundial.

Aquela reunião constitutiva do CNP acabou por se efectuar em 19 de Março, em Lisboa, com a presença de 101 organizações e estruturas da juventude, nomeadamente, 10 departamentos de uniões sindicais a nível distrital e local, 30 comissões de Juventude de sindicatos, 9 comissões de jovens de empresas e UCP's, 30 associações de trabalhadores-estudantes e de estudantes — entre as quais as do ISEL, ISEF, FLL, Medicina de Lisboa, Associação Académica de Coimbra, Escola Industrial e Comercial de Tomar, Escola Técnica do Cacém e Escola Industrial de Gales —, 13 colectividades, clubes recreativos, grupos de teatro, etc., e ainda a UEDS, UEC, UJC, LCI, MDM, Associação Portugal-URSS e Corpo Nacional de Escutas (CNE). A delegação desta última organização participou no encontro como observadora.

O movimento das adesões continua.

O CNP é a estrutura coordenadora e impulsionadora de todas as iniciativas e actividades preparatórias do XI Festival em Portugal. Tem a exaltante responsabilidade de preparar a delegação portuguesa que estará com a Juventude de todo o mundo em Havana, levando ao XI Festival a mensagem da amizade e da solidariedade da juventude do Portugal de Abril.

Desde o dia da sua constituição até agora, o CNP recebeu mais 49

Entrevista com Teresa Conde, do CNP



adesões. São já 150 as organizações juvenis que dele fazem parte. Diz-nos Teresa Conde: E o movimento das adesões continua. Dentro de pouco tempo aquele número será muito maior. Esperamos mais organizações — políticas, sindicais, culturais, recreativas, desportivas e outras. A grande força e representatividade do CNP está nas dezenas de comissões de Juventude dos sindicatos, nas associações de trabalhadores-estudantes e estudantes, nas organizações políticas e culturais ligadas pela raiz à vida e ao sentido da juventude e dos estudantes portugueses, à defesa das grandes conquistas de Abril.

Mas o CNP é uma força que pode ser alargada. Com efeito — prosseguiu Teresa Conde

— o CNP continua aberto a todas as organizações juvenis de carácter religioso, cultural, sindical, político, etc., nomeadamente às organizações de acção católica (como a JOC), ao CNE e à Juventude Socialista, e a todas as estruturas juvenis que estejam de acordo com os ideais e objectivos do XI Festival. A sua presença no CNP e a sua participação no vasto trabalho de preparação, mobilização e divulgação do Festival será mais um reforço para o já representativo leque de organismos integrados naquele trabalho.

Os comités de apoio do CNP

Uma vez constituído o CNP, surgiu em todo o país um movimento espontâneo em seu apoio, caracterizado em especial pela formação de comités a nível distrital, regional e local, sendo estes últimos divididos em comités de escola, de empresa, de bairro, etc. O primeiro a formar-se foi o Comité Local de Loures.

O que são estes comités? Qual o seu contributo para a preparação do Festival?

Teresa Conde esclarece: Em primeiro lugar, há que salientar que o movimento gerado à volta dos comités de apoio ao CNP alargou-se de tal forma que estas constituem uma demonstração viva da adesão entusiástica da juventude e dos estudantes portugueses aos ideais da solidariedade e da paz. Os comités de apoio são

estruturas unitárias que no plano regional, distrital e local, assumem a responsabilidade de divulgar o Festival e mobilizar a juventude em torno dos seus ideais, organizando para isso as iniciativas mais adequadas às condições da região ou do local.

Segundo o último balanço do CNP, estão constituídos em todo o país 40 comités de apoio que, no conjunto, agrupam mais de 370 organizações e estruturas da juventude trabalhadora e estudantil.

A constituição dos comités de apoio e a actividade que desenvolvem são contributos poderosos para unir largos sectores da juventude e dos estudantes portugueses em torno dos seus ideais e aspirações, levando à bandeira do XI Festival, a bandeira da amizade e da solidariedade anti-imperialista.

Fundo Mundial de Solidariedade

A terminar o nosso breve diálogo, Teresa Conde referiu-se ao Fundo Mundial de Solidariedade, tendo salientado: Trata-se de uma das grandes tradições na preparação dos Festivais Mundiais.

Tem como objectivo financiar os gastos do Comité Permanente e do país-sede do Festival, neste caso Cuba, e custear o transporte das

delegações sem recursos, devido às condições difíceis em que trabalham nos respectivos países. Sem este Fundo o povo e o governo de Cuba teriam de reduzir muitas das despesas necessárias para receber o condegnamente os representantes da juventude de todo mundo, e, além disso, muitas delegações de países da América Latina, África e Ásia ver-se-iam impedidas de tomar parte no XI Festival.

Para o nosso país, o Comité

Permanente traçou a meta de 720 contos. O cumprimento desta meta será uma das principais tarefas do CNP e dos comités de apoio, de toda a juventude democrática e de todos os antifascistas. As dificuldades e o escasso período de tempo impedirão que aquela meta seja concretizada.

Os donativos poderão ser enviados para a conta n.º 210/16103 D no Banco Nacional Ultramarino.

Festival da Canção Política amanhã no Pavilhão dos Desportos

É já amanhã que se realiza o Festival Nacional da Canção Política, a primeira das grandes iniciativas culturais do Comité Nacional Preparatório (CNP) do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

A sessão decorrerá a partir das 21 horas no Pavilhão dos Desportos. Os interessados em assistir ao Festival que ainda não têm bilhete, podem adquiri-lo ao preço de 500,00, na sede do CNP, na Avenida Almirante Reis, 77-1.º, ou nas sedes das organizações que apolam o Comité.

Na primeira parte do espectáculo serão apresentadas as nove canções apuradas pelo júri: «Pela amizade e pela Paz» (Conjunto Gamação), «Abril da Juventude» (Valentina), «Hino jovem em termos de futuro» (Jorge de Carvalho), «Se as crianças fossem homens» (Constantino Menino), «Vem juntar-te a nós» (Carlos Nina), «Terra amada» (Carlos Paulo), «Ode metálica» (Conjunto Charanga), «Nuvem negra» (Conjunto Trovante) e «Mundo novo» (Conjunto Musiqueiros).

Estas canções foram seleccionadas (de um total de 72) por um júri de que fazem parte Ary dos Santos, Ruben de Carvalho, Manuel Jorge Veloso, Joaquim Passos, Mário Castilim, Mário Vieira do Carvalho, Paul Calado, Rui Pedro, Moreno Pinto, Luis Stau Monteiro, Carlos Carvalho, João Paulo Guerra, Álvaro Salazar e Joaquim Luis Gomes.

Além da primeira parte da sessão, o júri procederá à votação das canções concorrentes. Os intérpretes que se classificarem nos dois primeiros lugares irão a Cuba integrados na delegação portuguesa (que será constituída por 150 jovens), e actuarão no Encontro da Canção Política que se realizará durante o período do XI Festival, no Cine-Teatro Riviera (Havana).

Além deste aliciente prémio, serão oferecidas a todos os finalistas medalhas cunhadas de propósito para este Festival de Canção Política.

Na segunda parte do espectáculo, actuarão entre outros, Carlos Mendes, Ary dos Santos, José Jorge Leiria e Carlos Paredes.

Durante uma conferência de imprensa efectuada antontem, na

sede do CNP, para divulgar os títulos das canções apuradas e os nomes dos respectivos intérpretes, a Comissão Organizadora do Festival Nacional da Canção Política distribuiu aos jornalistas presentes um documento onde se congratula pelo elevado grau de participação na iniciativa e felicita todos os concorrentes.

A adesão maciça de jovens intérpretes e jovens compositores a este concurso — sublinha o documento — traduz um amplo apoio aos ideais do XI

Festival, e revela a vontade da juventude portuguesa de se fazer representar condignamente nessa grandiosa Jornada de solidariedade anti-imperialista e de amizade da juventude de todo o mundo.

Estiveram presentes na conferência de imprensa José Moreno, membro do executivo do CNP, Marlina Ramos e José Uñcio, ambos da Comissão Organizadora do Festival da Canção Política.

Do I ao XI Festival

Os Festivais Mundiais tiveram a sua origem quando, em Novembro de 1945, poucos meses depois da vitória dos soviéticos sobre o fascismo, a Conferência Mundial da Juventude, que reuniu em Londres jovens de diversas tendências e ideologias, decidiu a criação da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e a realização dos Festivais.

O I realizou-se em Praga, capital da República Socialista da Checoslováquia, de 20 de Julho a 17 de Agosto de 1947. Foi a expressão da vontade firme da juventude de todas as nações em manter a unidade forjada no combate contra o nazi-fascismo e em lutar pela paz e a amizade.

Antecedido de relevo no Festival foi a visita dos delegados à aldeia mártir de Lidice, arrasada pelos fascistas alemães, que assassinaram todos os seus habitantes. Nessa localidade, os delegados reafirmaram a sua inabalável decisão de não parar a luta contra as sobrevivências do fascismo e de impedir qualquer tentativa de desencadear nova guerra. Para ajudar a eliminar as

sequelas da destruição deixadas pelas tropas nazis, muitos dos delegados trabalharam em obras em Lidice, Livinov e Balza, e em tarefas agrícolas. No Festival de Praga tomaram parte mais de 100 mil jovens de toda a Checoslováquia. Realizaram-se 47 programas artísticos nacionais, 25 jornadas de arte popular, 12 «meetings», 32 círculos de discussão, 12 grandes bailes e 37 sessões de cinema com filmes de 22 países. A parte artística do Festival reuniu ainda 44 grupos populares, 12 conjuntos de teatro a bailado, 7 orquestras e outros 13 agrupamentos musicais. Na concentração que decorreu na Praça Wenceslau, estiveram presentes 17 mil delegados de 72 países e mais de 200 mil habitantes de Praga.

Em 1949, efectuou-se o II Festival. Foi em Budapeste, capital da República Popular da Hungria. Presentes cerca de 10 mil jovens oriundos de 82 países.

Dois anos mais tarde, a capital da RDA, Berlim, acolheu os 26 mil jovens de 104 países, participantes no III

Festival. Presentes pela primeira vez delegações do Japão, Tailândia e Chile.

Poucos dias depois do fim da guerra da Coreia (1953), teve lugar em Bucareste, capital da República Socialista da Roménia, o IV Festival Mundial da Juventude, no qual participaram cerca de 18 mil jovens de 111 países.

Em 1955, a capital da República Popular da Polónia, Varsóvia, recebe mais de 30 mil jovens oriundos de 144 países. O motivo desta visita é o V Festival.

Moscovo foi a cidade escolhida para a realização do VI Festival, que decorreu em 1957. Nem as campanhas anti-soviéticas nem as manobras

da reacção internacional impedem que a capital da URSS acolha, num ambiente do grande entusiasmo, cerca de 34 mil delegados de 131 países.

Mais de 18 mil jovens, oriundos de 112 países e representando 1200 organizações juvenis, participam, em 1959, no VII Festival realizado em Viena, capital da Áustria.

Em 1962, tem lugar em Helsinquia, capital da Finlândia, o VIII Festival. Presentes 18 mil jovens, pertencentes a 1500 organizações de 137 países, mais 25 do que na jornada anterior.

Quatro anos mais tarde, Sofia, capital da República Popular da Bulgária, é o palco do IX Festival, que reuniu 14 mil delegados e 7 mil convidados de 143 países.

O X Festival, o último, decorreu em 1973, em Berlim, capital da RDA, que pela segunda vez, recebe os representantes da juventude de todo o mundo. Presentes mais de 25 mil jovens delegados e convidados, vindos de 140 países. O programa do X Festival incluiu a realização de 1452 jornadas políticas, culturais e de convívio, nas quais participaram cinco milhões de pessoas.

Em Portugal, durante o regime fascista, participar nos Festivais significava estar sujeito a perseguições e prisão.

Apesar das difíceis condições então existentes, a juventude portuguesa, após um amplo trabalho preparatório, esteve presente no X Festival — como aliás esteve em anteriores — com uma delegação de 80 jovens trabalhadores e estudantes de diferentes regiões do País e da emigração.



PELA SOLIDARIEDADE ANTI-IMPERIALISTA A PAZ E A AMIZADE A JUVENTUDE DO PORTUGAL DE ABRIL

FESTIVAL NACIONAL DA CANÇÃO POLITICA

LISBOA PAV. DESPORTOS 12 MAIO 78 21 HORAS

PROGRAMA

1ª PARTE

- desfile dos concorrentes seleccionados
- votação do júri

2ª PARTE

espectáculo com os artistas:

CARLOS MENDES • JOSÉ JORGE LETRIA
CARLOS PAREDES • ARY DOS SANTOS e outros.

COMITÉ NACIONAL PREPARATÓRIO DO XI FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES

bilhetes a venda:

na sede do CNP — Av. Almirante Reis, 77-1.º ou nas organizações que apolam o CNP.

Semana

3 Quarta-feira

1404 - Morre em Lisboa João das Regras, jurista consultor que concorreu para a aclamação do Mestre de Avis, e do qual foi chanceler-mor.

4 Quinta-feira

1974 - Os trabalhadores do comércio manifestam-se nas ruas de Lisboa pelo direito à semana americana.

5 Sexta-feira

1975 - É anunciado o decreto-lei que institui o júri nos tribunais portugueses e que o fascismo abriga.

6 Sábado

1908 - Sob o trono D. Manuel II, o último rei de Portugal. Dois anos depois era proclamada a República.

7 Domingo

1851 - Nasce em Vila de Frades, concelho de Cuba, o escritor Fialho de Almeida.

8 Segunda-feira

1782 - Morre na vila de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal e que foi ministro de D. José I.

9 Terça-feira

1891 - Publicada a lei que regulamenta as associações de classe da qual, em 1921, o funcionalismo público reivindicava a abolição.

Os Comunistas na Assembleia da República

Declaração política do PCP sobre o 1.º de Maio

As grandiosas manifestações do 1.º de Maio, as relações entre Portugal e a República Popular de Angola e o assassinato do dirigente democrata-cristão italiano Aldo Moro foram os temas políticos mais em foco nas últimas sessões plenárias da Assembleia da República.

Entretanto, às 16 horas e 30 minutos da passada terça-feira, a Assembleia da República suspendeu os seus trabalhos durante algum tempo, como forma de solidariedade para com os democratas italianos. Tal atitude, sugerida pelo deputado independente Lopes Cardoso e prontamente aceite pelo Presidente Vasco da Gama Fernandes surgiu na sequência da aprovação, por unanimidade, de um voto de pesar pelo assassinato do dirigente democrata-cristão italiano Aldo Moro, acto macabro — como foi qualificado por representantes de vários partidos — divulgado pouco tempo antes de início da

sessão plenária da Assembleia da República. O voto de pesar fora da iniciativa do Partido Socialista, mas vieram a subscrever-lo representantes de todos os partidos políticos representados na Assembleia que, em intervenções, condenaram vivamente este grave atentado contra a democracia italiana. O representante do PCP, deputado Lino Lima, intervindo no debate de voto, qualificou o assassinato de Aldo Moro como um acto de soldo do imperialismo e da reacção, na sua tentativa de impedir as transformações políticas progressistas que se avizinhavam em Itália.

Reis de Espanha visitaram a Assembleia da República

No decorrer da sua visita ao nosso País, os reis de Espanha foram recebidos, na passada quinta-feira, na Assembleia da República. À entrada do Palácio de S. Bento aguardavam os soberanos espanhóis o presidente Vasco da Gama Fernandes e representantes dos quatro grupos parlamentares.

Vasco da Gama Fernandes recebeu delegação do PCUS

A delegação do Partido Comunista da União Soviética, chefiada por Vladimir Dolguin, secretário do CC do PCUS e deputado ao Soviete Supremo da URSS, foi recebida na passada quinta-feira pelo Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes.

Kalinine, e os membros do CC do PCP Adelino Pereira da Silva e Albano Nunes.

No decorrer do debate, a deputada Zita Seabra criticou o facto de o Governo ter estado ausente na discussão deste projecto de lei.

A reestruturação do fascismo

O actual ministro do Comércio e Turismo, Basílio Horta, colaborou, durante o fascismo, com a «UN-ANP», pertencendo inclusive a uma comissão encarregada de reestruturar o partido fascista.

Enlino Superior no Algarve

Foi aprovado por unanimidade, na generalidade, o projecto de Lei 45/1, apresentado pelo PPD, sobre ensino superior no Algarve.

Dia a Dia

Na sessão plenária realizada na manhã da passada sexta-feira, os deputados presentes procederam à ratificação por unanimidade dos Pactos Internacionais sobre direitos civis e políticos e sobre direitos económicos, sociais e culturais. (Ver Intervenções)

Mais um voto sobre a magistratura

Outro voto, este de saudação e proposto pelo CDS, sobre a magistratura foi apreciado pela Assembleia, depois desta ter recusado um voto de protesto emitido pelo PPD e a que nos referimos na passada semana.

Mais um voto sobre a magistratura

O voto agora aprovado pelos partidos da coligação governamental limita-se a óbvias declarações de princípios, omitindo completamente a questão do direito de crítica a decisões judiciais concretas, o que vem a tornar ambígua a posição ainda recentemente adoptada pela maioria da Assembleia.

Mais um voto sobre a magistratura

Os deputados comunistas abstiveram-se, frisando claramente, por um lado, o seu respeito pelos princípios constitucionais em matéria de organização e funcionamento do poder judicial e pela magistratura; por outro lado, afirmando na discussão do voto que os comunistas continuavam a exercer o seu direito de crítica de decisões que se afastam do escrupuloso cumprimento da lei e não contribuíam para a defesa do Estado Democrático.

Mais um voto sobre a magistratura

Na ordem do dia da passada terça-feira a Assembleia discutiu conjuntamente dois textos — uma proposta e um projecto — sobre o regime fiscal de veículos automóveis mistos.

Mais um voto sobre a magistratura

O projecto de lei, da autoria do PPD, viria a ser recusado, e a proposta de lei foi aprovada com os votos dos partidos da coligação governamental, tendo votado contra o PCP e o PPD.

Mais um voto sobre a magistratura

No decorrer da última semana, o Grupo Parlamentar do PCP formulou ao Governo seis requerimentos: sobre a Sociedade de Reparadores de Navios; sobre a situação da empresa de Construções Tojal; sobre a expulsão de 10 mil emigrantes portugueses do Canadá; sobre o apoio a uma creche na Marinha Grande; sobre a situação dos denominados «agentes estagiários» da Inspeção Geral do Trabalho; sobre o não cumprimento da Lei 12/78 pela Comissão de Gestão do Jornal do Comércio.

Mais um voto sobre a magistratura

No mesmo período foram recebidas delegações das comissões de trabalhadores da J. Pimenta, Seicla, Hospital Distrital de Cascais, Empresa Industrias Têcnicas Nunes Correia e do Sindicato dos Quadros Técnicos da CP.

Mais um voto sobre a magistratura

Legalmente declarada, efectuada em defesa de um caderno reivindicativo. Os trabalhadores, em conferência de imprensa, recordam, a propósito dos processos utilizados pela administração, que eles em muito se assemelham aos utilizados pelas forças repressivas antes do 25 de Abril. São os interrogatórios, as acareações, chantagem e outros tantos procedimentos que já consideramos ultrapassados e que violam os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos consagrados na Constituição da República.

Intervenções

«Prova clara e inequívoca da crescente capacidade de intervenção do movimento operário e dos trabalhadores»

As imponentes comemorações do 1.º de Maio reviviram-se de um significado político tão evidentemente profundo que ninguém estranhará que as tomadas como tema dominante de uma breve reflexão sobre o actual momento da vida nacional.

Este mesmo traço põe em toda a evidência o fracasso das contínuas manobras de divisão do movimento sindical empreendidas desde há anos pelo imperialismo patronal e a reacção, bem como aqueles que reclamando-se do lado dos trabalhadores não suportam que estes constituam o desenvolvimento e reforço do movimento sindical forte e contra as suas recalcitrâncias oportunistas, fora e contra o controlo partidário que desejariam impor-lhe. Põe em evidência, também, o malogro rotundo das iniciativas dos que quiseram concorrer com o movimento sindical unitário. Põe em evidência, ainda, o auto-isolamento a que se remetem os que, apegados do movimento dos trabalhadores, da sua dinâmica e linhas de força, persistem em conjeturar e anunciar sucessivas alterações para a intervenção sindical.

(...) Isto que o país inteiro testemunhou, é a prova clara e inequívoca da crescente capacidade de intervenção do movimento operário e dos trabalhadores na vida portuguesa, do momento prestígio, autoridade e apoio de que disfruta a CGTP-Intersindical Nacional e da grande popularidade dos objectivos políticos que esta aponta às comemorações.

Traduzem a vontade popular de dar combate aos conspiradores fascistas e fascizantes; aos que não recuam em utilizar o separatismo, pondo em jogo a integridade da pátria, como instrumento dos seus objectivos reaccionários e antinacionais; aos que trazem à superfície a contestação pela constatação de que deixaram de ser «imersos no sistema»; a CAP e a FLA, agitam e despojuradamente a ameaça da violência; aos que se servem da liberdade de expressão, fruto de um longo e inquebrantável combate dos antifascistas

ultimamente formuladas por dirigentes do PS a decisões daquele tipo. Nenhuma razão existe para modificar a nossa opinião. Nada justifica qualquer forma, mesmo encapotada, de mea culpa. (Veja de Oliveira, em 4/5/78)

Na Ripele não é permitido o exercício dos direitos e da liberdade sindical dentro da empresa; não é permitida a acção dos delegados sindicais; é proibida a cobrança normal de quotas; não é pago o crédito de horas; é proibida a propaganda sindical. Dezenas de processos disciplinares foram desencadeados contra trabalhadores por terem participado numa greve e cerca de 10 trabalhadores foram despedidos. Vive-se um clima de repressão e opressão, em todo o território à Lei e à Constituição.

Trabalhadores-estudantes apoiam formas de luta da sua Coordenadora Nacional

No decorrer de um importante plenário promovido no passado fim-de-semana, o Secretariado dos Trabalhadores-Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa (STESL) decidiu apoiar as formas de luta propostas pela sua Coordenadora a nível nacional (CNEUTE). Essa luta que tem como principal objectivo organizar e mobilizar os trabalhadores-estudantes (TE's) face à política antidemocrática e antipedagógica do MEC.

Os Pactos Internacionais

(...) Não se podem cindir os direitos previstos em ambos os pactos, não se podem separar os direitos civis e políticos dos direitos económicos, sociais e culturais. Por isso também damos hoje o nosso voto ao Governo para que ratifique o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Agora — como sempre — o nosso voto traduz os nossos princípios e confirma a nossa prática política. (Lino Lima, em 5/5/78)

Provocação fascista na livraria «Avante!»

Um grupo de dezenas de jovens fascistas, exibindo ao peito cruzes gamadas, numa manobra provocatória em que a reacção é useira e vezeira, no sábado passado, entraram no pavilhão da Editorial «Avante!» na Feira Popular, e tentaram intimidar os funcionários de serviço. Entre outras provocações, queimaram uma revista progressista e exibiram uma pistola. Mais tarde, pelas 24.30 horas, quando os funcionários, para evitar confrontos, tentavam fechar as portas do pavilhão, estes jovens nazis quebraram um vidro de uma mostra, tendo o autor da brilhante façanha ficado ferido na mão e no braço.

Lista unitária vence no Camões

A lista «A», unitária de esquerda, venceu as eleições que decorreram recentemente no Liceu Camões, em Lisboa, para os corpos gerentes da Associação de Trabalhadores-Estudantes.

A luta dos estudantes do Magistério

Após a greve do passado dia 4 dos estudantes do 1.º e 2.º anos, a qual registou a adesão de 100 por cento nas principais escolas do país (Porto, Lisboa, Viseu, Coimbra e Santarém), decorreu no

Pioneiros preparam acampamentos

Em 1977, os Pioneiros de Setúbal tiveram uma parte muito activa no Acampamento Distrital, então realizado na Cooperativa 1.º de Maio, na Gândia.

Protecção fascista e desintervenções

A direita embandeirou em arco, o que há tempos vem fazendo sempre que uma empresa sabotada é entregue a sabotadores. «O Dia» rejubilou. A senhora do Grão-Pará também. Aquele jornal, que aparece todas as manhãs com a ameaça do fascismo, falava de champagne comemorativo, das lágrimas de felicidade de uma servidora qualquer. A coligação PS/CDS lá está em S. Bento para dar estas alegrias serôdidas a quem alimenta e propaga a grande capital sabotador, que de rabo encolhido fugiu de Portugal há uns anos atrás. Mas nem tudo são alegrias para os protegidos do Governo e do FMI. A maré não é limpa. Traz muito destruição.

A recuperação do grande capital só pode mostrar o que vale com os privilégios do passado. Com os proteccionismos que tenta restaurar. Mas o Estado é outro. A Constituição não lhe permite atrelar os monopólios e os latifúndios ao poder. Por isso, os recuperadores não recuperam o essencial. Longe disso.

O 1.º de Maio não foi uma passeata ao parque do Alvito. Mais de um milhão de trabalhadores esteve na rua, não porque era apenas festa, mas porque é luta, porque é unidade contra essa maré comandada pelo Governo, que deixa deteriorar a Grão-Pará para a devolver com promessas chorudas, que devolve a Seicla do grupo Leacock depois de recuperada pelos trabalhadores, que entrega a Habitat, a Xavier de Lima, ignorando aquilo que o problema da habitação exige no nosso País de um governo constitucional. Propostas dos trabalhadores são

desprezadas. A coligação PS/CDS remete para os lucros do grande capital, que já mostrou suficientemente do que é capaz, os anseios de milhares de famílias sem habitação merecedora desse nome.

A Habitat e a Xavier de Lima são empresas de construção civil. Em declarações recentes ao «Diário de Lisboa», a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa caracterizava deste modo o período em que essas empresas fizeram fortuna:

«A especulação atingia tais índices e o lucro tomava-se tão fácil que muitos industriais doutros ramos fechavam as suas unidades produtivas e dedicavam-se à construção civil. O investimento real, tal como hoje, não existia: a banca emprestava o dinheiro e com a especulação de dois ou três prédios os capitalistas

recuperavam esse dinheiro refirando-o de novo do sector. A contratação colectiva não se revestia de formas negociáveis correctas: o próprio sindicato era dominado por pessoas da confiança do patronato. Aquilo a que se chamava contrato colectivo não era mais do que um extracto do decreto-lei do Governo fascista apresentado à OIT e que, mesmo assim, era constantemente desrespeitado».

Eram esses os padrões da construção civil apoiados e apoiantes do fascismo. Eram esses os **xaviers de lima**, as **senhoras grão-pará**, que sonham voltar atrás na companhia de outros especuladores, como o sr. J. Pimenta, e de ministros ou ex-ministros de governos ditos constitucionais.

Mas hoje é outra a situação. O Sindicato não é uma sucursal dos patrões. Apesar das arremetidas do Governo, a vigilância e a capacidade de luta não diminuem. Os patrões «recuperadores» terão de contar com os trabalhadores organizados.

O Governo devia saber e sabe que, com a sua política desintervencionista, além de abrir as portas para maiores exigências e manobras que ameacem empresas nacionalizadas, vai continuar a pôr em risco milhares de postos de trabalho. O Governo devia saber isso e agir de modo a evitá-lo. Mas não.

O aumento do desemprego não o preocupa. As carências da habitação também não. A Constituição ainda menos.

Sob a gestão dos trabalhadores e do Estado, quando tiveram o normal apoio da banca e as empresas eram viáveis, as intervenções melhoraram, apresentaram lucros, pagaram dívidas dos patrões. Os trabalhadores não se furtaram a sacrifícios. Na Seicla (Leacock) agora devolvida, entre 1974 e 1976, as vendas aumentaram 250 por cento. «Em 1976, pela primeira vez desde há cinco anos, a empresa apresentou resultados positivos», afirma a comissão de trabalhadores e a comissão sindical da empresa. «Nas restantes empresas do grupo Leacock, não intervenções, a situação é caótica. Nos casos em que ainda não faliram, os ordenados, quando são pagos, são-no a prestações. A desmoralização é total», acrescentam as comissões da Seicla, que durante a intervenção, além dos outros resultados positivos, criaram 50 postos de trabalho.

De qualquer modo, esse capital de sacrifício não se perderá. Os trabalhadores continuaram a defender os seus postos de trabalho e não perderão de vista os seus interesses colectivos e o interesse do País, abandonado pelo Governo em favor do capital que entrou na via da sabotagem e do abandono quando lhe faltaram as protecções do fascismo.

Salários e promessas: quem as cumpre?

O Governo continua a assumir «**graves responsabilidades na ofensiva em curso contra o poder de compra e as condições de vida dos trabalhadores**». A CGTP-IN, protestando pelo «**facto de o Governo não ter cumprido ainda as promessas feitas publicamente**» no que respeita à política de salários, «**insiste em que a luta contra a alta do custo de vida e pela defesa do poder de compra continua a ser uma das mais importantes tarefas de todo o Movimento Sindical**». Dias antes, a CGTP-IN enviara aos órgãos de soberania uma exposição sobre a «**lei das comissões de trabalhadores e respectivos direitos**», cuja primeira versão foi declarada inconstitucional pelo Conselho da Revolução.

As grandiosas manifestações do 1.º de Maio e as decisões do Plenário Nacional de 4 de Fevereiro ratificadas por centenas de milhares de trabalhadores, são legitimamente invocadas pela CGTP-IN, que a dado passo do seu comunicado afirma:

«Na medida em que é através da contratação

colectiva que os trabalhadores podem defender o seu poder de compra e conseguir a actualização dos salários, é particularmente grave que ainda não tenha sido publicada a lei que reduzirá para 12 meses o prazo de vigência das tabelas salariais e restantes cláusulas de natureza pecuniária. Devido a isso

— acrescenta a CGTP-IN — o patronato continua a recusar-se a negociar com os sindicatos e o Ministério do Trabalho retarda a publicação das convenções colectivas em que os trabalhadores já conseguiram introduzir o prazo de vigência de doze meses».

A Central única, ao denunciar «o grave comportamento do Governo, que não só não cumpre as suas promessas para com os trabalhadores e a opinião pública, como ignora as decisões tomadas pelos trabalhadores e pelo seu Movimento Sindical», sublinha e «reafirma a orientação do Plenário de 4 de Fevereiro findo, segundo a qual os Sindicatos devem apresentar propostas de revisão das tabelas salariais e das

cláusulas de natureza pecuniária de modo que, nessa parte, a duração efectiva das convenções colectivas não ultrapasse os 12 meses».

«A consagração desse prazo como duração máxima deve continuar a ser motivo de luta dos trabalhadores e dos Sindicatos».

Os diplomas legais sobre salários mínimos e pensões ainda não foram publicados. O mesmo acontece com a contratação colectiva. Mas os preços esses não param de subir. Os aumentos, quanto aos produtos essenciais, «estão já largamente a ser aplicados», afirma a CGTP-IN, lembrando que os novos preços desses produtos representam «um aumento escandaloso do custo de vida e uma deterioração grave das

condições de vida dos trabalhadores e de outras camadas da população com baixos rendimentos».

Anunciada publicamente pelo Governo, a revogação do «decreto dos 15 por cento» ainda não se fez. A CGTP-IN lembra que essa revogação foi prometida logo no debate parlamentar sobre o programa do Governo. Mais uma promessa que a coligação PS/CDS ainda não cumpriu.

CTs

A Central única dos trabalhadores portugueses expôs, entretanto, aos órgãos do poder os requisitos essenciais que, a não serem contemplados na lei das comissões de trabalhadores, a discutir na Assembleia da República, tomará mais uma vez inconstitucional essa lei, cuja primeira versão foi recusada pelo Conselho da Revolução por contrariar precisamente os preceitos constitucionais.

«Perante a ofensiva que visa atingir a Constituição da República e anular as principais conquistas populares nela consignadas» e tendo em conta «a ofensiva da recuperação capitalista em curso, importa, como sublinha a CGTP-IN, que o Movimento Sindical unitário reafirme e defenda consequentemente os princípios fundamentais que reivindicam», exigindo que os mesmos «sejam contemplados pela futura lei sobre comissões de trabalhadores», de acordo com as posições já assumidas pela esmagadora maioria das organizações laborais, durante o debate público da proposta de lei apresentada pelo Governo sobre as comissões de trabalhadores.

Lutas e Tarefas

Paralisações

Enquanto no sector da Função Pública, os trabalhadores continuavam a luta contra factos consumados, voltando o princípio da negociação a ser posto em causa pelo Ministério CDS da Reforma Administrativa, as paralisações prosseguiram em várias empresas e o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa anunciava uma manifestação em frente do Ministério. Professores e alunos farão hoje o «levantamento das carências das escolas, durante uma hora lectiva». Nos conservatórios, a concretização da greve, marcada para hoje e amanhã, depende da posição do patronato na fase de conciliação do CCT. Na J. Pimenta, as direcções sindicais representadas na empresa decidiram convocar uma paralisação em defesa dos postos de trabalho e da normalização da actividade empresarial. No sector farmacêutico, a greve foi suspensa depois de um representante do Ministério do Trabalho ter garantido que as propostas de alteração à PRT eram justificadas, prometendo que a sua publicação se fará até ao próximo dia 15. Na Plessey, a paralisação terminou. Os trabalhadores, após negociação, decidiram aceitar o aumento proposto. Na hotelaria, está prevista a paralisação de várias unidades. Os trabalhadores exigem o cumprimento da Portaria de Regula-

mentação de Trabalho (PRT).

Eleições

As listas unitárias continuam a vencer as eleições em sindicatos e comissões de trabalhadores. Batendo o grupo divisionista conhecido por «Carta Aberta», os novos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, integrados numa lista unitária, foram os mais votados em todas as mesas. A participação, a maior de sempre, foi superior a 68 por cento. Dos 9685 trabalhadores inscritos votaram 6642. A lista vencedora obteve 5366 votos. A «Carta Aberta» 1232. As listas unitárias venceram ainda as eleições para as comissões sindicais e de trabalhadores da metalúrgica Mário Navega, do Porto. Votaram 345 dos 380 trabalhadores da empresa. Entre as eleições marcadas para breve, destacam-se as do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém, no dia 29 do corrente, a Comissão de Trabalhadores da Empresa Pública «Notícias-Capital» (22.a.24 do corrente) e Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos, em 21 de Junho próximo.

Trabalho rural

Finalmente, o Ministério do Trabalho parece decidido a iniciar conversações com os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas para a regulamentação do

trabalho rural. Recebidos no MT, dirigentes sindicais de Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal emitiram um comunicado considerando «positivo o compromisso assumido pelos responsáveis ministeriais» no sentido de «iniciar conversações». Adoptarão, no entanto, novas formas de luta, se o compromisso não se concretizar dentro de oito a dez dias estabelecidos pelo MT. Há perto de dois anos que algumas propostas de PRT (Portaria de Regulação de Trabalho) para o sector, aguardam nas gavetas do MT. Os Sindicatos Agrícolas do Norte e do Centro, como já várias vezes referimos, aguardam a abertura do diálogo desde Julho de 1977. A semelhança das organizações congéneres por todo o País, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Castelo Branco aprovou recentemente uma moção reclamando uma Portaria que proteja os assalariados rurais e lhes dê segurança nas relações de trabalho, pois «continuam sujeitos a todas as arbitrariedades das entidades patronais».

Telefonistas na CGTP-IN

Aprovados os estatutos por esmagadora maioria, a Assembleia Geral do Sindicato dos Telefonistas de Lisboa decidiu filiar a organização na Central única dos trabalhadores portugueses, CGTP-IN.

Sem estes requisitos não haverá CTs

1. Competência própria e autonomia dos plenários de trabalhadores para aprovarem, nos termos constitucionais, os estatutos das comissões de trabalhadores.

2. Eleição das comissões de trabalhadores em plenários, nos termos constitucionais (por voto directo e secreto, segundo o artigo 55.º, n.º 2 da Constituição) e estatutários, com rejeição de quaisquer outras imposições legais que interfiram com a independência e a autonomia deste tipo de organização dos trabalhadores, designadamente o método de Hondt.

3. Respeito pelos objectivos constitucionais das comissões de trabalhadores, designadamente a defesa dos interesses dos trabalhadores, a sua intervenção democrática na vida das empresas, o reforço da sua unidade e a mobilização para o processo revolucionário, não sendo criados obstáculos, antes assegurando condições para que sejam atingidos tais objectivos.

4. Reconhecimento do direito das comissões de trabalhadores ao exercício do controlo de gestão, respeito pelos poderes nele implícitos e reconhecimento dos poderes necessários ao seu exercício nos termos constitucionais (incluindo o direito «a receber as informações necessárias ao exercício da sua actividade», como ordena a alínea a) do artigo 56.º da Constituição, e o de «intervir na reorganização das unidades produtivas», segundo a alínea c) do mesmo artigo da Constituição).

5. Garantia do direito de formação de comissões coordenadoras a nível sectorial, regional e nacional e garantia do respeito pela sua independência.

6. Garantia do direito de participação na elaboração da planificação económico-social, a nível regional, sectorial e nacional, e do direito de controlar a respectiva execução.

Uma tarefa indispensável

A solidariedade entre trabalhadores contra a repressão de entidades patronais foi fortemente reafirmada nas grandiosas manifestações do 1.º de Maio. Activar essa solidariedade a todos os níveis, nomeadamente nas empresas e nos sindicatos, é tarefa indispensável perante o que continua a verificar-se em empresas químicas do Norte, na Unacel, na Petrogal, na Molaflex, na Têxtil Manuel Gonçalves, no Complexo Avícola de Colmbra.

Nessas e noutras empresas, como a Unicer, a Empresa Industrial de Chapelaria de S. João da Madeira, a fábrica de tintas Inop, a Sundete, as atitudes do patronato são idênticas. Despedimentos, suspensões, ameaças, entraves ou limitações ao exercício da actividade sindical e falta de cumprimento dos contratos colectivos com sonegação de regalias e salários obrigam os trabalhadores organizados nas empresas e nos sindicatos a tomadas de posição e a formas de luta cada vez mais firmes em defesa dos seus direitos, liberdades e garantias constitucionais.

É grande o número de trabalhadores afectados,

directa e indirectamente, pela repressão, a gerência incapaz, a irresponsabilidade, a surdez do Governo.

Em conferência de Imprensa, o Sindicato Operário das Indústrias Químicas do Norte lembrou que «enquanto os trabalhadores procuram as soluções para os conflitos, por forma a não serem em risco a capacidade económica e empresarial, algumas entidades patronais parecem apostar na sua degradação». Os trabalhadores não poderão ser responsabilizados pelas formas de luta que adoptarem. As situações atingem, em muitos casos, tal gravidade, as arbitrariedades são tão flagrantes que a solidariedade

dos trabalhadores só pode funcionar num sentido: evitar, pela luta comum, que a suspensão ou o despedimento de um delegado sindical hoje, um membro da comissão de trabalhadores amanhã, abra as portas a despedimentos sucessivos, ao impedimento do exercício da actividade sindical na empresa, ao desprezo pelos contratos assinados, às dívidas acumuladas à Previdência e ao Fundo de Desemprego, sem respeito pelos descontos feitos pontualmente aos trabalhadores.

Perante isto o que faz o Ministério do Trabalho? O que faz o Governo? Inoperância e desinteresse caracterizam as suas atitudes quando as convenções colectivas não se cumprem, quando os despedimentos são arbitrários, quando o exercício da liberdade sindical é impedido. E, no entanto, não estão em jogo apenas os direitos e interesses dos trabalhadores. É o interesse nacional que reclama

a intervenção eficaz do Ministério do Trabalho, a intervenção do Governo. Na Unicer, por exemplo, trata-se de defender uma empresa nacionalizada do sector cervejeiro. É preciso desamar as tentativas de desnacionalização, que não hesitam em fomentar o descontentamento dos trabalhadores para atingir esse objectivo.

Os Sindicatos estão atentos e cumprem as suas tarefas. As Comissões de Trabalhadores, os delegados sindicais não se limitam a actuar no interesse imediato dos trabalhadores. Normalmente, têm das suas tarefas uma visão mais ampla. Inscrevem-nas nos preceitos constitucionais, que obrigam à defesa das conquistas de Abril — as nacionalizações, a Reforma Agrária, as liberdades, o controlo de gestão.

É preciso que o Governo atente nisso e acompanhe os trabalhadores nessas tarefas. Se o Governo é constitucional que cumpra a Constituição!

Direito fundamental defendido na Madeira

O decreto regional que pretendia regulamentar a greve na Madeira foi considerado inconstitucional pelo Conselho da Revolução.

A decisão, cuja importância é sublinhada num comunicado da CGTP-IN, impede que um diploma restritivo de um dos direitos fundamentais das classes trabalhadoras venha a ser inconstitucionalmente aplicado».

O «normal exercício do direito de não promulgação daquele diploma por parte do ministro da República para a Madeira é referido também no comunicado da Central Única que, no entanto, alerta desde já os trabalhadores para

o risco de, em nova apreciação, a Assembleia Regional poder confirmar o voto anterior.

Na perspectiva dessa eventualidade, que é necessária a maioria absoluta dos votos dos membros daquela Assembleia em efectividade de funções e que obrigaria à promulgação do decreto agora recusado, a CGTP-IN chama a atenção dos trabalhadores portugueses, «em especial dos que trabalham naquela região

autónoma, para a necessidade de continuação da denúncia do diploma em causa e da luta contra a sua eventual confirmação».

A regulamentação da lei da greve para a Região Autónoma da Madeira restringe a actividade dos piquetes de greve; permite estruturas equivalentes a esses piquetes, formadas por não grevistas; autoriza indirectamente a admissão de pessoal durante a greve; atribui competência ao Governo Regional para solicitar a aplicação de medidas de requisição civil e, entre outras restrições graves, a esse direito constitucional de todos os trabalhadores, limita

os efeitos úteis das sanções penais previstas pela lei da greve para as entidades patronais que infringem.

A CGTP-IN, ao apelar para o repúdio de semelhante regulamentação, sublinha que o Movimento Sindical Unitário na eventualidade de o decreto ser confirmado em nova votação, «utilizará todos os mecanismos constitucionais apropriados à declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, de um diploma tão gritantemente contrário aos direitos e interesses das classes trabalhadoras que continuarão a exercer os seus direitos nos termos da Constituição».



Na necessária diversificação de mercados para a indústria naval portuguesa tomam lugar de relevo os acordos com os países socialistas. Desenvolver os acordos de cooperação já assinados com esses países foi uma das linhas de rumo assinaladas pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. Poder-se-iam juntar — lembrou — aos «quatro navios rio-mar em construção nos estaleiros navais de Viana do Castelo e aos três cascos adjudicados ao Arsenal da Polónia, uma doca flutuante para a URSS, uma outra para Cuba e a criação de um Centro de Projectos que a Polónia se propunha montar no nosso País em condições bastante vantajosas e que a concretizar-se nos daria uma real autonomia dentro do sector naval».

26 mil postos de trabalho na indústria naval em crise

Crise grave dentro da crise geral do capitalismo é a que atravessa a indústria naval. No nosso País, esse sector representa cerca de 26 mil postos de trabalho.

A ele pertencem empresas como a Lisnave, Setenave, Parry & Son, Estaleiros de Viana do Castelo, Arsenal do Alifelte, Companhia de Transportes Marítimos (CTM), Companhia Portuguesa de Pesca (CPP), Sociedade de Reparação de Navios (SRN) e outras empresas de menor volume. Todas estão representadas na Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval, que apresentou recentemente aos órgãos de soberania uma proposta fundamentada para a saída da crise e espera em breve ser recebida pelo titular da pasta do Ministério da Indústria e Tecnologia a fim de intensificar o diálogo e encontrar soluções.

Interessa nomeadamente aos trabalhadores que os seus representantes participem no grupo de trabalho que elaborará os estatutos de um organismo coordenador da indústria naval susceptível de garantir a distribuição equilibrada das cargas e de permitir a resolução integral de todos os problemas das empresas, a grande maioria das quais se encontra nacionalizada. Em conferência

de Imprensa, a Comissão Coordenadora distribuiu a exposição enviada aos órgãos do poder e, depois de caracterizar em linhas gerais a crise do sector nos países capitalistas desenvolvidos, insistiu na necessidade de criação do organismo que coordene o sector em Portugal deitando as actividades que poderá desenvolver, nomeadamente na definição de planos, no levantamento

das capacidades disponíveis, na definição dos tipos de navios, nos planos de financiamento, na distribuição das encomendas pelos estaleiros e na planificação e desenvolvimento das «indústrias subsidiárias da construção naval com vista a um máximo de incorporação, de matérias primas e produtos acabados de origem nacional».

Os trabalhadores continuam dispostos a colaborar intensamente na reestruturação do sector. A nível interno das empresas, consideram importante «fazer o planeamento do trabalho e a coordenação entre os vários sectores nas empresas; reduzir os desperdícios e melhorar a manutenção dos materiais e das ferramentas; incrementar a formação profissional; eliminar progressivamente o recurso sistémico a trabalho extraordinário; criar um centro de projectos a nível nacional; e criar um departamento sectorial de marketing para prospecção e angariação de

encomendas no mercado externo».

Quanto a este mercado, o que conta fundamentalmente para o sector, pensam os trabalhadores que é necessário diversificá-lo, fugindo ao mundo capitalista em crise. Além dos novos países africanos, «há que desenvolver os acordos de cooperação já firmados com alguns países socialistas». afirmou a Comissão Coordenadora que citou exemplos e deu pormenores.

Quanto à exposição entregue aos órgãos do poder, acompanhada de contactos com os grupos parlamentares do PCP e do PS, a Comissão divide-a por empresas, caracteriza os problemas de cada uma e aponta as medidas a tomar. As várias comissões de trabalhadores assinalam a actividade que desenvolveram e apresentam propostas concretas que o MIT e o Governo não poderão deixar de ter em conta para reestruturar e organizar o sector.

VIVA A AMIZADE ENTRE O PARTIDO COMUNISTA DA U.A. E O PARTIDO COMUNISTA DA URSS

Visita da delegação soviética sob o signo da amizade

Durante a visita que efectuou a Portugal, a convite do CC do PCP, a delegação do Partido Comunista da União Soviética contactou com diversas sectores da população e organizações do nosso País.

No terceiro dia da sua estadia, e depois de na véspera ter continuado as conversações com o CC do PCP e visitado alguns monumentos da cidade e arredores, a delegação soviética deslocou-se à Siderurgia Nacional. Recebidos no Centro de Trabalho de Paio Pires pelos camaradas Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP, Albano Nunes, do CC do PCP, Sousa Marques, deputado do PCP à Assembleia da República, Dália Ferreira, da DORS, e Acácio Rodrigues, Francisco da Silva e Joaquim Felícia, da Comissão Concelhia do PCP de Paio Pires, os camaradas soviéticos deslocaram-se depois àquela empresa nacionalizada cujas instalações visitaram demoradamente.

Ainda na Siderurgia, a delegação contactou com a Comissão de Trabalhadores e Comissão Sindical da empresa, a quem manifestou a profunda amizade e solidariedade do povo soviético. Os representantes dos trabalhadores, que de uma forma sumária deram a conhecer a sua luta pela defesa dos seus direitos e pelo aumento da produção, homenagearam os camaradas do PCUS com algumas lembranças, símbolo da sua amizade pela pátria de Lénine.

Após esta visita, a delegação do PCUS participou em Almada num almoço de confraternização com membros das organizações locais do PCP que decorreu num clima de calorosa amizade.

Entretanto, e ainda no dia 4, o camarada Vladimir Dolguin foi recebido pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, e pelo Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes.

Ao fim da tarde do mesmo dia a delegação soviética visitou a Associação de Amizade Portugal/URSS onde foi recebida por Seabra Dinis, vice-presidente da Associação.

Na sexta-feira, prosseguindo no cumprimento do programa estabelecido, os camaradas do PCUS deslocaram-se ao distrito de Beja, onde tiveram oportunidade de contactar com as novas realidades económicas e sociais criadas na região da Reforma Agrária.

Após ser recebida no Centro de Trabalho de Beja pelo camarada Dinis Miranda, membro do CC do PCP e suplente da Comissão Política, a delegação visitou a UCP «Muralha de Aço», tendo almoçado com os trabalhadores agrícolas.

Sempre rodeada por calorosas manifestações de amizade, a delegação visitou, na parte da tarde, as Minas de Aljustrel.

Exemplo de amizade que liga o povo português e soviético foi sem dúvida dada pela enorme afluência registada no Centro de Trabalho de Aljustrel, onde estava previsto um convívio de confraternização. Dado o número crescente de pessoas que desejavam saudar os camaradas soviéticos, o encontro acabaria, numa solução de recurso, por ser transferido para instalações cedidas pelo Sindicato dos Mineiros. Ai, após as saudações e agradecimentos proferidos pelo camarada Dinis Miranda e Vladimir Dolguin, realizou-se um espectáculo onde actuaram os Pioneiros e o Grupo Coral dos Mineiros de Aljustrel.

Por terras do Alentejo, como de resto por todos os locais que visitaram, os camaradas da URSS sentiram bem a dedicação sem limites dos comunistas e outros trabalhadores pela causa da democracia e do socialismo. Inúmeras foram também as lembranças oferecidas, dos emblemas às reproduções de peças de trabalho, levando em todas elas o abraço amigo dum povo que sabe o valor da solidariedade.

O comício de amizade realizado no sábado no Pavilhão dos Desportos, tão pequeno para o mar de gente que a ele afluíu, fechou bem com chave de ouro uma visita que em cada momento decorreu sob o signo da amizade.



Visita à UCP «Muralha de Aço»



Durante a visita à Siderurgia Nacional



A delegação do PCUS com os delegados sindicais da Siderurgia Nacional



O camarada Vladimir Dolguin conversando com um mineiro de Aljustrel



O camarada Jaime Serra saúda a delegação soviética durante o almoço oferecido no Centro de Trabalho do PCP em Almada



Na festa realizada em Aljustrel, o Grupo Coral dos Mineiros de Aljustrel ofereceu ao camarada V. Dolguin um capacete de mineiro

Comício ami... a mesma s... o Marx-Len

No sábado passado, o Pavilhão dos Desportos mais um grande comício de amizade que das mais belas manifestações da amizade entre os povos e partidos irmãos, amigáveis e solidários, forjada e fortalecida na fraternidade que vem sendo forjada a longo, alicerçada numa amizade aberta e fidelidade ao marxismo-leninismo. O ambiente de ordem, de griteiros, de saudações entusiásticas de milhares de pessoas, mais repetidas vezes, completando o grande comício de amizade realizado no Pavilhão dos Desportos maior a delegação soviética em intervenção a Portugal, chefiada por Vladimir Dolguin, secretário do CC do PCUS, inserido no quadro das relações internacionais do PCP, Partido Comunista de Portugal, em si mesmos a manifestação de que o internacionalismo proletário é uma força política profundamente interior do PCP, um princípio vital de toda a sua organização. As bandeiras vermelhas e em punhaduras de organizamos participantes, os discos que dominavam a sala — «Lusitane, Povo e Internacionalismo Proletário», «Viva o marxismo-leninismo», que serviam Philips, Efa, fundo à mesa do comício, e «Viva a amizade entre o PCUS e o PCP» e o enquadramento de um comício que se enraíza na longa história de profunda da amizade entre os camaradas Alvaro Cunhal da M. Secretário-Geral do Partido de unidade de objectivos que os dois partidos: a libertação dos trabalhadores da exploração do capitalismo, a construção de uma sociedade libertada de exploradores e explorados.»

TESTEMUNHO DE AMIZADE INDESTRUTÍVEL

Octávio Pato, membro da Comissão Política do Secretariado do CC do PCP, abriu o comício salutando a abertura da amizade entre os povos e partidos irmãos, amigáveis e solidários, forjada e fortalecida na fraternidade que vem sendo forjada a longo, alicerçada numa amizade aberta e fidelidade ao marxismo-leninismo. O ambiente de ordem, de griteiros, de saudações entusiásticas de milhares de pessoas, mais repetidas vezes, completando o grande comício de amizade realizado no Pavilhão dos Desportos maior a delegação soviética em intervenção a Portugal, chefiada por Vladimir Dolguin, secretário do CC do PCUS, inserido no quadro das relações internacionais do PCP, Partido Comunista de Portugal, em si mesmos a manifestação de que o internacionalismo proletário é uma força política profundamente interior do PCP, um princípio vital de toda a sua organização. As bandeiras vermelhas e em punhaduras de organizamos participantes, os discos que dominavam a sala — «Lusitane, Povo e Internacionalismo Proletário», «Viva o marxismo-leninismo», que serviam Philips, Efa, fundo à mesa do comício, e «Viva a amizade entre o PCUS e o PCP» e o enquadramento de um comício que se enraíza na longa história de profunda da amizade entre os camaradas Alvaro Cunhal da M. Secretário-Geral do Partido de unidade de objectivos que os dois partidos: a libertação dos trabalhadores da exploração do capitalismo, a construção de uma sociedade libertada de exploradores e explorados.»

Discurso do camarada Vladimir Dolguin

Queridos Camaradas. Permitam-me, em primeiro lugar, que transmita ao Comité Central do Partido Comunista Português o sincero reconhecimento da delegação do Partido Comunista da União Soviética por nos dar a possibilidade de participar numa reunião tão representativa. Permitam-nos que, em nome dos comunistas portugueses, de todos os trabalhadores da URSS, saudemos calorosamente todos os comunistas portugueses pelo seu valor e coragem, todos os democratas de Portugal, todos os que lançaram os alicerces da Revolução de 1974 e hoje em dia defendem abnegadamente as conquistas democráticas.

Permitam, caros camaradas, que transmita aos dirigentes do Partido Comunista Português aqui presentes, ao seu dirigente eminente e destacada personalidade do movimento comunista internacional, nosso amigo e camarada Alvaro Cunhal, uma fraterna saudação de combate do Comité Central do nosso Partido e do Secretário-Geral do CC do PCUS, camarada L. I. Brejnev.

Na história dos povos há datas que são consideradas como horas de glória, como marcos históricos que separam, no seu desenvolvimento, uma época de outra. Tal data, na história do nosso país, foi Abril de 1974. Nesses inesquecíveis dias de Primavera, o movimento patriótico dos militares apoiado pela maioria esmagadora do país, pôs fim à odiada ditadura fascista e abriu caminho para o desenvolvimento democrático de Portugal.

Os soviéticos, que manifestaram um vivo interesse pelos destinos da Revolução portuguesa, sabem que no período transcorrido após o vitorioso Abril de 1974 se deram transformações democráticas tais como a Reforma Agrária e as nacionalizações, que mudaram radicalmente a face de Portugal. A nova Constituição fixou legislativamente essas importantes mudanças.

O derrubamento do fascismo, as transformações democráticas no nosso país, a tenaz luta dos comunistas portugueses, dos democratas e de todos os trabalhadores em defesa dessas conquistas despertaram e continuam a despertar entre os soviéticos sentimentos de sincera simpatia e profunda solidariedade.

Nós sabemos muito bem, pela nossa própria experiência, que que rava as classes exploradoras lutam contra as mínimas tentativas de privá-las dos seus privilégios. Assim tem sucedido e sucederá sempre que o povo se ergue em luta pelos seus direitos sociais e liberdades políticas. A reacção nestes casos encontra sempre o apoio de tutores estrangeiros, tenta conquistar as suas posições e privar de novo o povo daquilo que o povo conquistou.

As revoluções não se exportam, são a causa dos povos, das forças revolucionárias dos respectivos países. Contudo, nós nunca ocultamos nem ocultamos as nossas simpatias para com as forças da democracia e do progresso e expressamos-lhes a nossa calorosa solidariedade.

Desde os primeiros meses de existência do Portugal democrático, a União Soviética estabeleceu com o nosso país boas relações que se baseiam nos princípios da plena igualdade, interesse mútuo, cooperação e não ingerência nos assuntos internos de ambas as partes. É nesta base que construímos e queremos continuar a desenvolver as nossas relações com o vosso país.

Nos últimos anos aumentou consideravelmente o intercâmbio comercial entre os nossos países, realizou-se uma vasta cooperação cultural, foram estabelecidos múltiplos contactos entre as organizações sociais soviéticas e portuguesas, entre personalidades do campo da ciência, da técnica e da cultura. Estamos plenamente convencidos de que o que foi alcançado está longe de ser o limite. As relações luso-soviéticas poderiam desenvolver-se com maior êxito, abarcar novas esferas de cooperação mutuamente vantajosa. No que se refere ao nosso país, podemos com toda a responsabilidade dizer: a União Soviética está a favor desse tipo de desenvolvimento.

Queridos Camaradas e Amigos. Através de conversações com comunistas, trabalhadores, dirigentes do Partido Comunista Português, sabemos dos problemas e dificuldades com que depara o vosso país, o movimento democrático, conhecemos as tentativas da reacção para minar e liquidar as conquistas revolucionárias do povo português. Isso foi motivo para lembrarmos o passado do nosso país. Os

soviéticos, pela sua própria experiência, conhecem muito bem as gigantescas dificuldades ligadas à realização da revolução e à defesa das suas conquistas. O povo soviético soube defender essas conquistas numa luta dura contra a reacção interna e externa, criando com trabalho abnegado a sua indústria e edificando a agricultura em novas bases socialistas. O imperialismo mundial não quis tolerá-lo. Entretanto, travou-se a guerra contra o nazi-fascismo alemão. Também a esta prova o nosso regime socialista, o nosso Estado, o nosso povo souberam resistir. Não somente defendemos o nosso país, como também salvámos a humanidade do flagelo fascista. Foi difícil, mas como disse o camarada L. I. Brejnev: «Aguardamos, resistimos a tudo, atravessámos tudo e vencemos, tendo derrotado o agressor fascista».

A União Soviética, hoje em dia, é um poderoso Estado, forte potência socialista, cujo povo trabalha abnegadamente para concretizar o secular sonho dos trabalhadores de todo o mundo, isto é, edificar a sociedade comunista, a mais justa sociedade na história. Actualmente, no nosso país, o país do socialismo desenvolvido, criam-se as premissas materiais necessárias à construção dessa sociedade.

No Ocidente escrevem-se muitas mentiras sobre a União Soviética. Que é a União Soviética hoje em dia? Firme unidade político-moral do povo soviético. Todas as classes e camadas da nossa população — operários, camponeses, intelectuais, trabalhadores, todas as nações e etnias do nosso país (são mais de 100), todo o povo soviético, ombro com ombro sob a direcção do partido para cumprir os gigantescos planos traçados no XXV Congresso do PCUS.

Quem sabe distinguir a verdade da mentira não pode deixar de ver que muitas coisas por que lutam os trabalhadores dos países capitalistas já há muito foram alcançadas e garantidas pela lei da sociedade soviética. Como os camaradas sabem, no nosso país, há pouco tempo, foi aprovada uma nova Constituição. Ela confirmou uma vez mais as históricas conquistas socioeconómicas dos trabalhadores soviéticos, tais

como o direito ao trabalho, à instrução, à protecção à saúde, incluindo a assistência médica gratuita, ao descanso. Sabeis, talvez, camaradas, que todos esses direitos estão não só inscritos nas nossas leis, como são realmente assegurados a todos os cidadãos do país, sem excepção. Os soviéticos não sabem o que é o desemprego.

Na nova Constituição estão também reflectidas algumas novas possibilidades da nossa sociedade, como resultado do desenvolvimento da base material e técnica do país. Tenho em vista, por exemplo, a fixação na Constituição do direito dos trabalhadores à habitação. Os

direitos. A democracia socialista soviética é a mais ampla, a mais plena e, verdadeiramente, a mais real democracia. Não em palavras, mas, de facto, ela concede a milhões de trabalhadores da cidade e do campo a possibilidade de participar da forma mais activa na solução de todos os assuntos respeitantes à vida da sociedade e do Estado.

Os nossos adversários no Ocidente acusam-nos muitas vezes de uma quase ausência de democracia. Aludem ao facto de os nossos órgãos competentes terem punido alguns indivíduos pela prática de actos hostis ao nosso regime, ao nosso povo, acções essas que violam as leis,

operários dos países capitalistas sabem bem o que é o problema de habitação, quanto custa a um trabalhador a renda de casa. Orgulhamo-nos do facto de na União Soviética a casa ser concedida gratuitamente e as despesas da sua utilização e conservação constituírem 4 a 5% do salário mensal do trabalhador. Testemunha do ritmo de construção habitacional é o facto de anualmente 11 milhões de pessoas se mudarem para novos apartamentos ou melhorarem as suas condições de habitação.

intervindo, na realidade, numa aliança com os serviços secretos imperialistas ou organizações reaccionárias de emigrados, antigos colaboradores de Hitler. Seja como for, nós não estamos obrigados a garantir nem garantiremos a semelhantes indivíduos o direito de minarem o Poder soviético. Isso iria contra os interesses de todo o nosso povo.

No entanto, se falarmos dos trabalhadores, dos cidadãos soviéticos que activamente estão a edificar o comunismo, para eles temos assegurados todos os direitos, todas as liberdades. Neste campo, o nosso país ocupa no mundo o lugar mais avançado.

Que nos mostrem qualquer parlamento burguês em que mais de metade dos deputados sejam operários e camponeses e um terço sejam mulheres! Que nos mostrem um país capitalista onde os eleitores possam revogar o mandato de um deputado que não corresponda aos seus interesses; ou um país onde os sindicatos e os colectivos de trabalho tenham o direito de fechar a empresa por violação das regras de protecção de trabalho ou fazer de um director ou administrador por ter violado os direitos do operário!

Poderíamos fazer muitas perguntas semelhantes. Contudo, não recebemos respostas, porque são características da nova sociedade socialista. São traços da nossa democracia socialista e não da burguesa.

Precisamos graças à nossa democracia, graças à activa participação de todo o povo no processo de edificação comunista, a União Soviética soube em 60 anos percorrer um caminho tão extenso. A Rússia czarista, outrora um dos mais atrasados países capitalistas, tornou-se hoje em dia numa das mais poderosas nações industriais do mundo.

Segundo muitos índices da produção industrial, tais como a extracção de carvão, de petróleo, a produção de ferro, de muitos metais não ferrosos, de cimento, máquinas agrícolas, tecidos, etc., a União Soviética ocupa o primeiro lugar no mundo, tendo-se aproximado, segundo muitos outros índices, do nível dos Estados Unidos da América.

Isso, claro está, exige enormes investimentos de capital. Mas nós estamos firmemente convencidos de que o décimo quinquénio, tal como todos os quinquénios anteriores, será cumprido com honra pelo povo soviético. Desta forma se dará um novo e grande passo rumo ao comunismo.

Queridos Camaradas e Amigos. Todos os nossos planos grandiosos de trabalho pacífico e criador estão estreitamente ligados à luta do povo soviético por uma paz sólida e a segurança dos povos. É evidente para todos os homens de bom senso que a concretização de tão ambiciosos propósitos do nosso desenvolvimento pacífico só é possível em condições de paz, desanuviamento e cooperação mutuamente vantajosa entre diversos países. «Na URSS e outros países socialistas, ao contrário do que sucede nos Estados imperialistas — sublinhou o camarada L. I. Brejnev — não existem classes ou grupos sociais que estejam interessados na corrida aos armamentos e em preparativos bélicos». Eis porque a luta pela paz, contra a corrida aos armamentos, pelo fortalecimento da atmosfera de desanuviamento e confiança, decorre da própria natureza do nosso Estado socialista. Eis porque o Governo soviético, cumprindo a vontade do nosso povo trava, há décadas, uma luta tenaz contra a política de «guerra fria», contra a corrida aos armamentos, pela paz e boa vizinhança entre os povos. Foram dedicadas a esses objectivos muitas propostas concretas da União Soviética em todas as reuniões internacionais. Quer na Organização das Nações Unidas ou na Conferência de Helsínquia, quer nas negociações de Genebra ou no encontro de Belgrado — em toda a parte os representantes soviéticos apresentam propostas concretas de cessação da corrida aos armamentos e acumulação de armas ainda mais sofisticadas, estabelecimento de um clima de desanuviamento, confiança e cooperação mutuamente vantajosa.

Na sua intervenção no XVIII Congresso do Komsomol soviético, o Secretário-Geral do CC do PCUS, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, camarada L. I. Brejnev, chamou a atenção de toda a opinião pública internacional para a ideia de suspensão

completa da acumulação de armamentos. Todos sabem que a aprovação dessa proposta poderia abrir caminho para a redução futura do mesmo potencial. Porém, os países imperialistas, o nosso planeta, transmissões de riqueza e beleza, não deturpamos, os comunistas e o povo provas de Portugal, na sua longa luta contra a opressão dos soviéticos e colonialista.

No Portugal salúis as crianças da Revolução de Abril. Momento relações de amizade aconteceria nos dois partidos e subiram ao dois povos, estreitaram as filhas de com

Camaradas. Todos sabem que a aprovação dessa proposta poderia abrir caminho para a redução futura do mesmo potencial. Porém, os países imperialistas, o nosso planeta, transmissões de riqueza e beleza, não deturpamos, os comunistas e o povo provas de Portugal, na sua longa luta contra a opressão dos soviéticos e colonialista.

Como era de esperar, a delegação do Partido Comunista Português não se deixou intimidar por essas tentativas de desanuviamento. Profundamente consideramos a causa comum de todos os povos e sentimos perto o ombro dos comunistas portugueses.

Podeis estar certos, camaradas e amigos, de que o PCUS, fiel aos ideais do internacionalismo proletário, também de futuro, comunistas portugueses, firmemente pela vitória gloriosa e ideológica do marxismo-leninismo.

Viva o heróico Partido Comunista Português! Viva a Amizade indestrutível entre o PCUS e o PCP! Viva a Amizade entre os Povos da União Soviética e Portugal!

Com o fim da guerra fria, a luta pela paz, contra a corrida aos armamentos, pelo fortalecimento da atmosfera de desanuviamento e confiança, decorre da própria natureza do nosso Estado socialista. Eis porque o Governo soviético, cumprindo a vontade do nosso povo trava, há décadas, uma luta tenaz contra a política de «guerra fria», contra a corrida aos armamentos, pela paz e boa vizinhança entre os povos. Foram dedicadas a esses objectivos muitas propostas concretas da União Soviética em todas as reuniões internacionais. Quer na Organização das Nações Unidas ou na Conferência de Helsínquia, quer nas negociações de Genebra ou no encontro de Belgrado — em toda a parte os representantes soviéticos apresentam propostas concretas de cessação da corrida aos armamentos e acumulação de armas ainda mais sofisticadas, estabelecimento de um clima de desanuviamento, confiança e cooperação mutuamente vantajosa.

Na sua intervenção no XVIII Congresso do Komsomol soviético, o Secretário-Geral do CC do PCUS, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, camarada L. I. Brejnev, chamou a atenção de toda a opinião pública internacional para a ideia de suspensão

completa da acumulação de armamentos. Todos sabem que a aprovação dessa proposta poderia abrir caminho para a redução futura do mesmo potencial. Porém, os países imperialistas, o nosso planeta, transmissões de riqueza e beleza, não deturpamos, os comunistas e o povo provas de Portugal, na sua longa luta contra a opressão dos soviéticos e colonialista.

UNIÃO SOVIÉTICA E O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

Amizade PCP - PCUS: segura e certa Leninismo!

Este comício mais um vivo testemunho a grande e indestrutível amizade que une os nossos dois partidos, uma amizade que se reforça cada vez mais e se estende aos nossos dois povos e países.

Muito antes do comício ter aberto por Octávio Pato, já se falava de palavras de ordem, de gritos de entusiasmo revolucionário, entre os quais mais repetido era «URSS! URSS!». Gritos que ecoaram com maior vigor quando da intervenção de Vladimir Dolguin, secretário do CC do PCUS e chefe da delegação.

Mais de 60 saudações de diversas organizações do Partido constituíram outro exemplo de como a amizade com os camaradas soviéticos profundamente sentida pelos comunistas portugueses. Entre estas saudações contavam-se mensagens de diversos organismos e de células de Lisboa: Aminter, J.J.G., Lusálite, Petrolgal, Dyrup, Ever, Caris, Fábrica Militar, Tranco de Prata, Copam, Philips, Efaced, Equipmental e muitas outras. Ainda testemunha eloquente da estreita ligação entre os comunistas portugueses e os comunistas soviéticos seria a oferta de diversas prendas de organizações do Partido. Da Célula da Magua veio um símbolo do esforço produtivo que os trabalhadores estão dispostos a empenhar na construção de um país novo: a miniatura de um rotor de turbina de motor de baixa pressão. Da UTIC surgiu uma das mais originais ofertas que os comunistas portugueses fizeram, a miniatura com mais de um metro de uma camioneta. Da Comissão Concelhia de Loures, um belo quadro de Lenine; da 4.ª Zona do Comité Local de Lisboa, a estátua cheia de força de um operário; da 5.ª Zona um magnífico mosaico de Cipriano Dourado; da Cometa um medalhão incrustado em madeira. Os Pioneiros de Portugal entregaram à delegação soviética flores e uma mensagem em que agradecem as inúmeras provas de amizade que têm recebido dos comunistas soviéticos e exprimem o desejo de estreitar a amizade com as crianças da URSS.

Momentos de emoção aconteceria ainda quando subiram ao estrado crianças e filhas de comunistas, acolhidos

na URSS quando os seus pais enfrentavam, na luta clandestina, a repressão e as prisões fascistas. Estas crianças, que haviam vivido em Lvarna e frequentado nesta cidade a Escola Internacional, ofereceram um ramo de cravos vermelhos à delegação soviética e expressaram-lhe, nomeadamente a Vladimir Dolguin que é também 1.º Secretário do CC na região de Lvarna, a gratidão que sentem pela Cruz Vermelha Soviética, pelo povo soviético que os acolheu como filhos, pelos colegas da Escola Internacional, pelo povo de Lvarna e as crianças da URSS.

UMA MENSAGEM ELOQUENTE PARA O POVO DA URSS

Seria depois a intervenção de Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, num dos momentos de maior vibração de um comício cuja nota dominante foi a combatividade e o entusiasmo revolucionários. Combatividade e entusiasmo que continuariam a exprimir-se durante a sessão de canto livre que encerrou a noite de sábado no Pavilhão dos Desportos. A arte como manifestação da vontade revolucionária de um povo esteve presente através do Coro da Academia dos Amadores de Música dirigido pelo maestro Fernando Lopes Graça, nas canções de luta de Barata Moura e de Adriano Correia de Oliveira acompanhado por Alfredo Vieira de Sousa, na música belíssima de Carlos Paredes, na força popular do grupo coral alentejano, no ritmo dos jovens do grupo Trovante.

Foram horas em que se viveu plenamente o internacionalismo proletário, em que a amizade de representantes de vanguarda dos trabalhadores portugueses pelo Partido e o Povo da URSS se manifestou inequivocamente e ardorosamente. Horas cuja recordação não deixará de perdurar, como um símbolo de confiança e determinação, na memória dos que compunham a delegação soviética, que levarão para o seu país a mensagem eloquente da «grande e indestrutível amizade que une os dois povos e países».



A mesa que presidiu ao comício de amizade



A oferta da Comissão Concelhia de Loures



A oferta da célula da UTIC, saudada entusiasticamente pela assistência



Assistindo ao espectáculo que encerrou o comício de amizade



Os camaradas Vladimir Dolguin e Álvaro Cunhal quando pronunciavam os seus discursos

Discurso do camarada Álvaro Cunhal

Camaradas: Todos sabemos que foi preciso que chegasse o 25 de Abril para que se estabelecessem relações entre o Estado português e o Estado soviético.

Todos sabemos que durante longos anos de fascismo ir à União Soviética era considerado um crime, valendo aos seus autores sanções, quando não longos anos de prisão.

Todos sabemos que, no tempo da ditadura fascista, o PCUS e o Povo soviético foram sempre generosamente solidários para com os comunistas, os democratas e o Povo de Portugal e, depois do 25 de Abril, sempre apoiaram a Revolução portuguesa — pelo que creio ser justo aproveitarmos a visita da delegação do PCUS para aqui, neste comício, diante do Povo português, lhe pedirmos que, de volta ao seu país, transmita ao Povo soviético os sentimentos da nossa gratidão pela sua activa solidariedade.

Todos sabemos que o anti-sovietismo continua a ser uma das direcções principais da acção ideológica da reacção e de todos os inimigos do progresso social.

Todos sabemos que, mesmo agora, quando é do interesse nacional desenvolvimento de relações de amizade e cooperação de Portugal com a URSS, meios oficiais continuam a dificultar gravemente tais relações.

Nesta situação, camaradas, creio traduzir os sentimentos não só dos comunistas, como da grande maioria dos trabalhadores e das forças progressistas de Portugal, saudando aqui os representantes do PCUS da União Soviética e dizendo-lhes que, como amigos sinceros do nosso povo, são e serão sempre bem vindos à terra portuguesa.

A vinda da delegação do PCUS e as relações externas do PCP

Como era de esperar, a propaganda reaccionária, nas suas habituais intrigas e provocações, procura fazer especulações acerca da visita da delegação do PCUS, como tem feito com visitas de outras delegações de partidos irmãos.

É por isso apropriado dar dois esclarecimentos.

O primeiro: Esta visita da delegação do PCUS a Portugal insere-se no vasto quadro das relações internacionais do nosso Partido.

Em 1977, vieram a Portugal 15 delegações de partidos irmãos, 6 das quais de países socialistas, e foram ao estrangeiro (países socialistas, países capitalistas, países africanos, países árabes, etc.) 49 delegações do PCP, incluindo delegações oficiais, visitas de estudo, representação em congressos, conferências e encontros.

No plano das nossas relações externas no 1.º semestre de 1978, estão realizadas e previstas 26 delegações a Portugal e 19 delegações do PCP ao estrangeiro.

Como se vê, mantemos intensas relações com partidos irmãos e movimentos revolucionários e aproveitamos para informar que o nosso plano de trabalho não é (como desejaria a reacção) limitar ou reduzir essas nossas relações, mas, pelo contrário, alargá-las e aprofundá-las, porque o PCP sempre considerou e continua a considerar que na base dos princípios do internacionalismo proletário as relações fraternais, a cooperação e a solidariedade recíproca dos partidos comunistas e de todas as forças revolucionárias do Mundo são de importância essencial para a evolução progressista da humanidade.

O segundo esclarecimento é que esta visita da delegação do PCUS se insere nas tradicionais relações de amizade fraternal existente entre os nossos dois partidos.

E aproveitamos também a ocasião para informar que o nosso propósito não é limitar e enraquecer (como desejaria a reacção), mas reforçar e aprofundar as relações com o PCUS, porque o PCP continua a considerar que as relações de amizade e cooperação e solidariedade recíproca dos partidos comunistas e outras forças revolucionárias com o Partido Comunista da União Soviética são de importância essencial para a coesão do movimento comunista internacional e de todas as forças progressistas do Mundo, na luta pela democracia, a paz, a independência nacional e o socialismo.

As visitas de delegações do PCUS a Portugal e de delegações do PCP da União Soviética permitem uma ampla troca de informações,

experiências e opiniões sobre as questões de interesse comum e o melhor conhecimento recíproco da situação dos dois países.

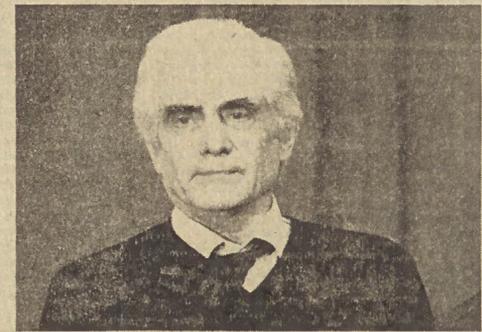
Neste caso concreto, além da troca de informações e opiniões, a delegação do PCUS teve possibilidade de contactar com a realidade portuguesa, conhecer de perto os nossos problemas e fazer um juízo directo da situação e das perspectivas.

A delegação do PCUS teve também ocasião de nos trazer uma informação das recentes realizações e das actuais tarefas do PCUS e do Povo soviético.

O conhecimento da realidade da URSS e dos outros países socialistas nos países onde os trabalhadores se não libertaram ainda da exploração capitalista, é um factor de primordial importância para reforçar a vontade de luta pelo socialismo e a confiança e optimismo dos trabalhadores no futuro do seu país.

Continuaremos a informar o Povo português do que é o socialismo real, continuaremos a promover a visita de portugueses à URSS e outros países socialistas. Saudamos a vinda a Portugal de delegações que informem o Povo português da vida dos países socialistas.

Os aplausos com que neste comício foi colhido o discurso do camarada Dolguin, mostraram bem como em Portugal são recebidos com



alegria os representantes do PCUS e da URSS e as suas palavras e as notícias das realizações, feitos e sucessos do Povo soviético que trazem directamente ao Povo português.

O socialismo real e o seu exemplo

Quando informamos os trabalhadores e o povo de Portugal da realidade exultante da URSS e dos outros países socialistas, de tudo quanto o povo trabalhador depois de derrubado o poder do capital alcançou com o socialismo, há quem nos acuse de queremos copiar mecanicamente em Portugal a Revolução que teve lugar noutros países.

Tais acusações visam mostrar que o PCP não tem em conta as realidades e não é capaz de descobrir o caminho para o socialismo nas condições portuguesas.

Essa acusação não tem qualquer fundamento.

O nosso Partido tem numerosas vezes esclarecido que, na sua opinião, em cada país, o processo revolucionário oferece numerosas particularidades e originalidades, resultantes de factores objectivos, designadamente das estruturas económicas da sociedade, do grau e formas de desenvolvimento do capitalismo, da importância das relações pré-capitalistas, da composição social da sociedade, da arrumação das forças de classe e do seu peso relativo, assim como de factores subjectivos, designadamente do grau de organização e influência da

classe operária e do seu partido revolucionário e do seu sistema de alianças, assim como do grau de organização, da capacidade e da resistência das forças do capital.

Já antes do derrubamento da ditadura fascista, o nosso Partido, descobrindo e apontando traços específicos e em certos aspectos únicos do desenvolvimento do capitalismo e da situação em Portugal, apontava um caminho original do processo revolucionário.

Confirmando essa perspectiva, a revolução portuguesa apresenta numerosas características originais na dinâmica revolucionária, nas formas e expressão das alianças sociais, na relação entre o Poder político e as massas, nas reformas e medidas de carácter democrático e de carácter socialista.

As soluções que temos defendido e defendemos não são a repetição do que se fez em tal ou tal país socialista. As revoluções não se copiam e o socialismo em Portugal terá inevitável e previsivelmente numerosas particularidades.

Há entretanto traços fundamentais da realidade dos países socialistas que constituem elementos constitutivos essenciais de qualquer sociedade socialista e sem os quais não é lícito falar em socialismo.

No socialismo, a democracia política é inseparável da democracia económica, social e cultural. No socialismo, os principais meios e instrumentos de produção passam a ser propriedade do povo inteiro. No socialismo o Poder é exercido pelos trabalhadores. No socialismo é reconhecido de direito e assegurado de facto o direito ao trabalho, à instrução, à assistência médica e hospitalar, à habitação, ao descanso. No socialismo desaparece, de uma vez para sempre a exploração do homem pelo homem.

Sabemos bem, camaradas, como a reacção e todos os inimigos do socialismo insistem em que o nosso Partido marque distância em relação ao PCUS e à URSS, acompanhando num grau ou noutro críticas orquestradas e campanhas anti-soviéticas.

Não, camaradas.

A voz dos comunistas portugueses nunca se juntará à do coro de propaganda do imperialismo e da reacção, às vozes sincronizadas que procuram abalar a confiança dos trabalhadores no futuro socialista de Portugal distilando veneno contra a URSS e outros países socialistas.

O PCP marca distância sim, mas em relação aos inimigos das liberdades, da democracia, do socialismo e da independência nacional.

O PCP não contrapõe o seu projecto político ao socialismo real, mas à realidade do capitalismo, do capitalismo tal como existe em Portugal e tal como existe nos outros países seja qual for o seu regime político, do capitalismo com o seu cortejo de miséria, de desigualdades, de injustiças, de arbitrariedades, de violências, e cuja liquidação, como sistema de exploração e opressão, é um objectivo fundamental das classes trabalhadoras e até ser plenamente alcançado, é e será um objectivo fundamental do nosso Partido.

A bússola comum

O fundamento da amizade fraternal e da solidariedade recíproca existente entre o PCP e o PCUS é a identidade de objectivos dos dois partidos: a libertação dos trabalhadores da exploração capitalista, a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

E o fundamento da coincidência de análises, opiniões e perspectivas é o facto de que os nossos dois partidos têm a guiá-los, indicando a rota segura e certa, uma mesma e provada bússola: o marxismo-leninismo.

O PCP fundou-se, organizou-se, cresceu, lutou, passou às mais difíceis provas, orientou-se nas mais complexas situações, defrontou as mais violentas tempestades políticas, segurando uma tal bússola firmemente nas mãos.

Ela tem-nos ajudado a encontrar o caminho e de certeza assim continuará sendo no futuro.

É porque somos marxistas-leninistas que não consideramos a teoria como um dogma, antes consideramos a teoria como um guia para a acção, ajudando e possibilitando a definição de uma orientação correcta na base da análise das realidades.

É porque somos marxistas-leninistas que, por um lado, defendemos que as revoluções não se copiam e que não existem receitas nem

modelos de revoluções e, por outro lado, estudamos e temos em conta a experiência do movimento comunista e de todo o movimento revolucionário mundial.

É porque somos marxistas-leninistas que estamos atentos às modificações do mundo contemporâneo, à situação real actualmente existente diferente daquela que existia no tempo de Marx e de Lenine, e procuramos, em conformidade, tanto no referente à vida internacional, como no referente ao nosso próprio país, as respostas adequadas à situação e à problemática existentes.

Nada mais contrário ao marxismo-leninismo que a petrificação ou cristalização de conceitos, a aplicação livreca de noções teóricas, a imobilidade e a rotina nas respostas à vida.

É com o leninismo que se faz o constante exame dos acontecimentos e das situações, que se aprofunda, actualiza, enriquece e desenvolve a teoria.

O marxismo-leninismo capitaliza as experiências das forças revolucionárias à escala mundial, permite dar respostas novas às situações novas, intervem como guia de acção e como força material na transformação do Mundo.

O leninismo é o marxismo da época da passagem do capitalismo ao socialismo. Quem abandone o leninismo abandona também o marxismo. Enganam-se profundamente aqueles que, abandonando o leninismo, julgam dar mostras de independência e ficar mais aptos a compreender e a derrotar as novas realidades.

Entre dos princípios do marxismo-leninismo que os partidos operários aprendem a actuar com independência. E é com o marxismo-leninismo que se pode descobrir de forma criadora o caminho da libertação do próprio povo.

A independência dum partido comunista expressa-se em duas características essenciais. Na decisão autónoma, sem ingerências externas, da sua própria linha política e da sua própria actividade. E na sua real independência de classe.

O PCP é um partido independente porque decide a sua orientação, por si, sem ingerências externas, pela vontade dos seus militantes expressa democraticamente pelas decisões dos seus órgãos.

O PCP é um partido independente também porque não cede às pressões físicas, materiais e ideológicas das classes exploradoras e, na base dos princípios do marxismo-leninismo, mantém, como determinante da sua orientação e acção, os interesses, aspirações e objectivos da classe operária e das massas trabalhadoras.

Ao longo da história não ganharam a independência partidos operários que julgaram conquistá-la libertando-se da influência dos conceitos de classe do proletariado e que afinal assim perderam a independência real e de classe, caíram sob a influência e efectiva ideológica da pequena burguesia reformista e tenderam a colocar o proletariado, como Marx e Engels sublinharam (70 anos antes de Lenine), com "simples apêndice da democracia burguesa oficial".

É porque o PCP é um partido independente neste duplo e essencial significado que harmoniza e identifica, numa mesma política, o seu elevado patriotismo e o seu internacionalismo.

É por isso que activamente solidários para com os partidos irmãos, para com os trabalhadores e os povos dos outros países, consideramos que a nossa grande e fundamental tarefa, a nossa principal contribuição para a grande causa libertadora comum em todo o universo, é a luta pelo bem-estar e a liberdade do nosso próprio povo, pela democracia, pelo socialismo, pela independência da nossa pátria.

A realidade portuguesa e a política do governo

É justo motivo de orgulho para o Povo português, quando amigos de outros países, como agora os camaradas soviéticos, vêm até nós para conhecer directamente a nossa realidade, podermos dizer: "Olhem e vejam. Vivemos em liberdade. Vivemos em paz. Os sectores básicos da economia continuam nacionalizados. A Reforma Agrária está de pé. Em numerosas empresas o controlo de gestão continua. Temos um regime democrático e progressista e o povo unido, organizado e confiante continua pronto a defendê-lo".

S. Pedro do Sul, um concelho onde Abril mal chegou

O concelho de S. Pedro do Sul, no distrito de Viseu, está integrado, juntamente com os concelhos de Vouzela e Oliveira de Frades, numa região conhecida pela qualidade do vinho que produz, a região de Lafões.

Foi neste pequeno concelho, situado numa região montanhosa, habitado por uma população essencialmente agrícola, mas pobre — cerca de 80% das propriedades têm área inferior a um hectare —, que em 1975 começou o tristemente célebre «verão quente», curiosamente iniciado dias depois da não menos célebre visita ao Norte do País do então embaixador americano em Portugal, Carlucci, hoje o número dois da CIA.

O assalto à Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e o afastamento da Comissão Administrativa Progressista que a geria desde o derrube do fascismo, culminaram num período de intensa actividade terrorista no Norte, em que dos criminosos fogos postos à «caça» aos comunistas todos os meios foram bons para tomar de assalto os órgãos de poder local e procurar estrangular a democracia nascente.

Quase três anos passados sobre esses sinistros acontecimentos — e não obstante os crimes que ficaram impunes —, decorrido mais de um ano sobre a actividade dos eleitos para as autarquias, a população do concelho de S. Pedro do Sul tem hoje possibilidades de julgar quem melhor defende os seus interesses.

Vivendo da terra e da pastorícia, a população do concelho viria a beneficiar apenas, no tempo do fascismo, de um pequeno surto de desenvolvimento com a exploração do volfrâmio, de que a serra da Gralheira é muito rica, mas que com a má exploração e a rápida queda da cotação deste minério no mercado internacional bem cedo se viria a perder.

Também a pastorícia viria a desaparecer, entre os anos 40 e 50, com a chegada dos Serviços Florestais.

Assim, a exploração agrícola manteve-se como a única forma de subsistência, havendo mesmo povoações, como a Pena, Covas do Rio, Covas do Monte, Macieira e de muitas outras aldeias da freguesia de Carvalhais e de Sta. Cruz, Candal, particularmente as de mais difícil acesso, cujas habitantes produziam milho, centeio, castanha, vinho e animais (porcos, galinhas) só para a sua própria alimentação. O pouco dinheiro que se conseguia arranjar provinha única e exclusivamente da venda de algum animal.

Esta situação, que ainda hoje subsiste em não poucas povoações, viria a provocar, como se diz em S. Pedro do Sul, a descoberta do «caminho terrestre» para França. A salto.

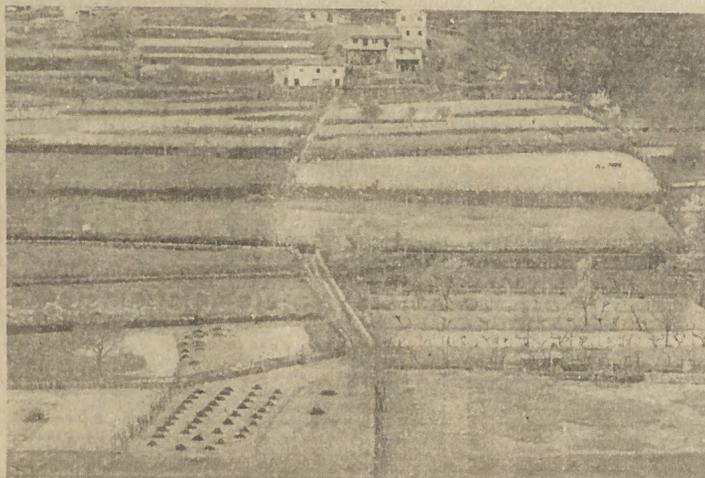
A solução propalou-se de tal forma que até cerca de 1970 os homens desapareceram quase por completo do concelho, sobretudo na zona da serra, onde mesmo sobreviver era difícil. Ai ficaram apenas os velhos, as mulheres e as crianças.

A situação melhorou um pouco

quando as remessas dos emigrantes começaram a chegar, nomeadamente no campo da habitação. Com o 25 de Abril veio também a esperança da possibilidade de uma vida melhor na terra pátria e muitos foram os que chegaram a regressar. A falta de postos de trabalho e as dificuldades crescentes, sobretudo a partir de meados de 75, provocaram contudo a saída de novo para o estrangeiro, enquanto os que ficaram prosseguiram a exploração agrícola de subsistência, com raras excepções para os que vivem de actividades terciárias na sede do concelho ou os que se dedicam à agricultura.

As penas de quem vive na Pena

Uma volta pelo concelho dá uma imagem clara das condições sub-humanas em que ainda se vive. Na povoação da Pena, por exemplo (e não é caso único), vivem desde tempos imemoriais apenas sete famílias. A falta de população é feita naturalmente, pela simples razão de que não há espaço para mais ninguém.



Cada pequeno talhão de terra, numa zona extremamente fértil, dá apenas para a subsistência de uma família

Situada entre fragas inacessíveis e dispondo de um terreno arável onde se produz o indispensável para a manutenção de sete famílias, não numerosas, a Pena é um pequeno aglomerado de casas, se assim se lhes pode chamar, feitas de lousas sobrepostas. Ruas não há. O espaço entre as casas é ocupado com estrume e dejectos de animais acumulados, ao longo dos anos.

À medida que chega-se hoje por um caminho aberto depois do 25 de Abril, com a ajuda das forças armadas, onde só passa um carro de cada vez. A escola mais próxima fica a uma hora a pé, em Covas do Rio; de Inverno fica muitas vezes inacessível, quer por causa da neve que na «cova» se acumula, quer por causa das cheias da ribeira da Pena, que as crianças têm de atravessar. Um

constante risco para as crianças e um constante temor para as mães (ficamos à «rasca» sempre que há uma trovoadas ou chuva muito, com medo de que possa acontecer alguma desgraça...).

Falando com as mulheres que ai encontramos, se por acaso o nãooubéssimos ver, a beleza indiscutível do local desvaneca-se com o contacto duro da realidade: vivemos aqui como num cortiço, de Inverno não fazemos mais que três horas de sol. Quando neve, ficamos fechados, vivendo do que colhem no Verão... Os turistas gostam muito de cá vir, dizem que isto é bonito. Será, para os que cá não vivem.

Para os habitantes da Pena, o 25 de Abril trouxe, de novo, um caminho. Para outros, apenas a esperança, aos poucos tomada de

Aprendizagem de que é a luta de todos que resgará os caminhos do futuro, de todos os que trabalham e lutam não só para si mas para o bem comum, não é coisa fácil para quem sempre viveu isolado no seu pedacinho de terra, agarrado ao que lhe permite sobreviver.

Mas Abril, para além de tudo o mais, permitiu a descoberta de que é possível uma vida melhor. Também em S. Pedro do Sul, com tudo o que a apesar de tudo se fez enquanto à frente iam homens progressistas. A sua substituição por outros, eleitos por partidos que são a própria imagem do passado, se não conseguiu um retorno a esse mesmo passado provocou uma estagnação das vida tão difíceis condições de vida.

Antes e depois do «Verão quente»

A Comissão Administrativa que até ao Verão de 75 geriu a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, foi uma das primeiras a tomar posse após o 25 de Abril, mais concretamente em 14 de Maio de 1974. O paralelo entre a actividade então desenvolvida e a gestão posterior, incluindo a dos eleitos nas eleições para as autarquias, ilustra bem quais as forças de facto empenhadas na defesa dos interesses das populações.

Como nos afirmaram José Carlos Chã, João Almeida e Jaime Galinha — três dos quatro eleitos do «Povo Unido» na Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul

— apesar de nessa altura haver apenas trinta e nove contos na Câmara, não houve nenhuma freguesia onde não se tivesse feito obras. Entre as mais importantes salienta-se a abertura da estrada para Covas do Rio, uma das freguesias mais abandonadas, qual cratera aberta no fundo da serra da Gralheira, onde não se sabe como surgiram as povoações da Pena, Covas do Monte, Covas do Rio, Borduzedo e Dellão. Qualquer delas estava completamente isolada, a cerca de um dia a pé da sede do concelho.

Outra das obras realizadas, a ligação da água e electricidade para Colões, veio concretizar em menos de três semanas um sonho esperado há quarenta anos.

Mas num concelho onde a população vivia isolada, torna-se evidente que a abertura de caminhos e acessos assume um carácter indiscutivelmente prioritário. Assim se abriram caminhos e empedraram acessos na freguesia de Serrazes e na de Candal; se melhorou a ligação da sede do concelho à estrada nacional; se fez uma ponte em Justuzinho; se ligou Valadares com Urgueira; se abriram caminhos que até ao extremo do

concelho; levou-se o abastecimento de água à população de Pindelo dos Milagres; abriu-se uma estrada para Quintas detrás da Serra; uma outra no Pisão; iluminou-se do novo jardim de S. Pedro do Sul.

E tanto, tanto mais que num breve olhar para o passado recente a memória deixa passar em claro, mas que no entanto a população conhece e sabe bem em que tempo se fez. É de profunda mágoa, no entanto, que se verifica quantas das obras iniciadas ainda hoje, três anos passados, continuam como então estavam,

na altura em que forças reaccionárias tomaram de assalto os órgãos de poder local.

Mesmo depois das eleições autárquicas, as coisas continuaram na mesma. Nada mais se fez, para além da gestão burocrática e em muitos casos nem isso. Veja-se por exemplo, o caso da freguesia de Figueiredo de Alva, onde não se fazem actos porque o primeiro-secretário se recusa a fazê-lo e o segundo as não pode fazer pela simples razão de que é analfabeto! Isto para já não falar dos planos de actividade de Juntas que nem sequer ainda foram

aprovados (quem sabe até se existem).

Não são certamente as forças progressistas que se regozijam com uma tal gestão, lesiva dos interesses das populações. Por isso todos reconhecem, inclusive presidentes de Juntas eleitos pelos PSD, que os únicos verdadeiramente empenhados em melhorar as condições de vida no concelho são os representantes do «Povo Unido». Como a breve gestão entre 74 e 75 o demonstrou. Como dia a dia se demonstra na sua luta incansável por uma gestão democrática ao serviço das populações.



Enquanto as mulheres e os velhos trabalham na terra, os homens procuram no estrangeiro o emprego cada vez mais difícil em Portugal



Nas casas feitas de lousa, onde o sol mal chega a entrar, ainda vive gente. Até um dia, em que a Pena mais não seja que um marco de um passado de miséria e opressão a não esquecer mas também a não voltar

«Não somos contra as reservas em absoluto»

«Não somos contra as reservas em absoluto. Somos, sim, contra as reservas que destróem as Cooperativas, que geram o desemprego e liquidam a Reforma Agrária», declararam os representantes dos Secretariados Distritais das UCPs de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, no decorrer de uma conferência de imprensa, realizada no passado dia 4 em Lisboa.

Fazendo um balanço de alguns aspectos da actual situação política na zona da Reforma Agrária, os representantes dos trabalhadores referiram como positivo o esboço de diálogo encetado com o MAP e condenaram as pressões que a CAP e outras forças de direita, o CDS e o PPD-Sá Carneiro «vêm fazendo para que tal diálogo não se desenvolva nem conduza a resultados práticos».

Começando por analisar a questão das reservas e expropriações, os representantes dos trabalhadores sublinharam que «cada reserva entregue a um agrário tem significado, na

generalidade, abandono ou subaproveitamento das terras até aí cultivadas pelos trabalhadores (como é o caso, por exemplo, das herdades de Almagem e Silval, em Arraiolos; Poço da Rua e Alamo da Estrada, em Montemor-o-Novo; Montinho das Ferrarias, em Mora; Naterais, Farinheiro, Redondo e Várzea da Cruz em Coruche, etc), com consequente diminuição da produção e prejuízos sérios para a economia nacional. E isto não podem os trabalhadores aceitar sem luta!».

Quanto às expropriações, os representantes das UCPs tornaram bem claro que «O MAP não pode apelar somente para

As responsabilidades do MAP de Barreto

Apesar da falta de estímulo do Governo as culturas da Primavera apresentam um bom ritmo de desenvolvimento embora as condições climáticas não sejam das mais propícias e a reacção procure anular o esforço dos trabalhadores. O mesmo não pode afirmar-se em relação à grandiosa campanha das sementeiras de Outubro de 77/78, na qual não ficou de facto «nem um palmo de alambique por semear». Isto porque a par das más condições climáticas e bem mais grave do que a feição do tempo, se assiste ao facto do «Governo ter fornecido sementes importadas sem adaptação às nossas condições ou aos fins a que se destinavam». Esta importação efectuada no tempo de Barreto e Portas, e o estranho facto da EPAC não se ter apercebido dos perigos

possíveis da utilização de tais sementes (perigos que já se traduzem numa perda de searas na área aproximada de dez mil hectares) «podem levar-nos a admitir tratar-se de actos de sabotagem deliberada contra a economia nacional.»

Recorde-se que o MAP de Barreto atrasou durante longo tempo o fornecimento de sementes, obrigando depois à tomada de soluções de emergência. A esta denúncia vigorosa dos trabalhadores das UCPs, acrescenta-se a exigência de que a opinião pública seja informada dos resultados do inquérito mandado instaurar pelo MAP e de que as reivindicações das Cooperativas e pequenos e médios agricultores sejam satisfeitas; ou seja: «o não pagamento das sementes, indemnização pelos prejuízos

totalmente os produtores vão ter, consideração destes prejuízos para efeitos de crédito agrícola de emergência.»

Outra das reivindicações apresentadas pelos representantes das UCPs foi a «reabertura do CAE; a realização de uma política de crédito para investimentos com baixos juros; o pagamento pelo Estado das suas dívidas às cooperativas e a transferência imediata do CAE para crédito a médio e longo prazo de cerca de 1 milhão de contos de investimentos realizados».

Problemas do escoamento da produção e da cortiça foram ainda abordados, denunciando os trabalhadores a especulação desenfiada dos grandes intermediários e o carácter altamente lesivo dos interesses dos trabalhadores do decreto-lei de comercialização da cortiça.

Grandes intermediários: tubarões do produtor e do consumidor

Quem não trabalha, é quem mais arrecada: eis o que poderia definir a situação de desenfiada especulação efectuada, à vontade, pelos grandes intermediários. Eis alguns exemplos: em Abril, couve-flor adquirida na produção por 2550 o quilo, foi vendida ao consumidor por 25500. Relativamente à carne de porco, que é vendida a 140\$00 o quilo nos mercados, os intermediários estão a oferecer à produção 40 e poucos escudos por quilo. Esta especulação torna ainda mais dura a sobrevivência dos pequenos produtores atingidos pelo brusco e gritante aumento de farinhas e de rações assim como de outros factores de produção.

Arroz: sementes em risco de não germinarem

O mau tempo que se tem feito sentir é, fundamentalmente, a péssima qualidade de sementes fornecidas pela EPAC são factores determinantes numa nítida quebra da produção orizícola que atinge cerca de 50%. Os pequenos e médios produtores enfrentam assim uma situação de crise, para a qual há que encontrar uma saída através de subsídios e indemnizações previstos na Constituição.

Pela suspensão da lei da cortiça

Continuando a manifestar uma reivindicação que vem já de longe, os Secretariados Distritais das UCPs e Cooperativas e os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal exigem a suspensão do Decreto-Lei n.º 230/77 relativo à cortiça. Os representantes dos trabalhadores decidiram não vender cortiça em árvores e, se este decreto se mantiver em vigor, deliberaram não vender qualquer cortiça sem que lhes seja assegurado o recebimento directo das quantias provenientes dessa venda. É intenção dos trabalhadores solicitar entrevistas ao ministro da Agricultura e Pescas e ao Secretário de Estado das Florestas para exporem as razões desta sua posição. Os trabalhadores igualmente contactaram com as pequenas e médias empresas corticeiras afectadas pelos efeitos do referido decreto.

Entretanto, no passado dia 6 de Maio, realizou-se em Coruche um plenário regional para debate de questões relacionadas com a nova campanha corticeira, no qual a principal exigência de 300 representantes de UCPs e Cooperativas foi igualmente a suspensão da legislação em vigor sobre a comercialização da cortiça das áreas nacionalizadas e expropriadas, legislação esta considerada uma manobra política na medida em que a sua aplicação conduziria ao estrangulamento da vida económica de muitas UCPs cuja principal riqueza é o montado de sobre.



«Homens e mulheres, trabalhadores das UCPs, desejam a estabilização social favorável ao incremento da produção e dos trabalhos agrícolas. Para tal, é necessário que o diálogo iniciado com o MAP seja real, livre de pressões da CAP, do PPD e do CDS»

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

DUAS TÁCTICAS DA SOCIAL DEMOCRACIA NA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Em 1905, desejando definir uma táctica marxista única para a revolução que se iniciava e assegurar a unidade de acção das massas trabalhadoras, os bolcheviques instalaram na rápida convocação do III Congresso ordinário do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR). Foram convidadas para o Congresso todas as organizações do Partido, tanto bolcheviques como mencheviques. Entretanto, os mencheviques recusaram-se a tomar parte nos trabalhos do Congresso e convocaram a sua conferência em Genebra. «Dois congressos, dois partidos» — assim caracterizou Lênine a situação que se verificava no seio da social-democracia russa.

Estudar o marxismo-leninismo e adquirir uma considerável experiência de luta. Essa experiência adquire-se comprovando a teoria na prática e comparando com a experiência de outros partidos. É, pois, importante estudar a estratégia e a táctica do Partido Bolchevique nas etapas democrática e socialista da revolução. Daí a importância de «Duas Tácticas...»

transformações democráticas, tanto mais próxima está a luta pelo socialismo. O caminho para o socialismo passa pela democracia. «Quem quiser chegar ao socialismo por outro caminho que não seja a democracia, chegará inevitavelmente a conclusões absurdas e reaccionárias, tanto no sentido económico como no político» — destacou Lênine. (Ibidem, p. 23)

2. Nas «Duas Tácticas...» Lênine fundamentou a revolução democrática na época do imperialismo, quando a burguesia já é uma força reaccionária e o proletariado se desenvolve e fortaleceu, criando o seu próprio partido político.

Lênine atacou os partidários da teoria trotskista da «revolução permanente», não pela questão da continuidade da revolução, porque ele próprio, como veremos, defendia a ideia de Marx sobre a revolução ininterrupta, mas porque Trotsky advogava desde logo a revolução socialista. Subestimando a lei objectiva do desenvolvimento da revolução democrática da etapa inferior para a superior, saltando por sobre as etapas, o trotskismo em particular e o esquerdismo em geral levam o proletariado a isolar-se das massas, a separar-se dos seus aliados democráticos, provocam o socialismo e condenam a classe operária à derrota, tanto na luta pela democracia como pelo socialismo.

3. A ideia central do livro é a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa. Na revolução russa de 1905, a primeira revolução democrática da época do imperialismo, diferentemente das revoluções burguesas da Europa Ocidental na época do capitalismo ascendente, a burguesia já não podia ser a principal força motriz. A burguesia russa estava interessada em manter o tsarismo e os restos da servidão, apoiando-se neles para lutar contra o proletariado que se tinha tornado uma poderosa força política. A medida que se desenvolvia a revolução, ia-se tomando cada vez mais contra-revolucionária e, por fim, passou-se mesmo para o lado da contra-revolução.

5. Nas «Duas Tácticas...» Lênine elaborou a teoria do desenvolvimento contínuo do processo revolucionário, da transformação da revolução democrático-burguesa em socialismo, desde que a classe operária tivesse um papel hegemónico na própria revolução democrático-burguesa.

4. Quanto mais amplas e completas são as condições da revolução, tanto mais a revolução democrática se desenvolve para uma situação concreta. É traçada com base na estratégia, para alcançar objectivos imediatos, visando o cumprimento dos objectivos fundamentais de uma dada etapa. Se a estratégia tem por fim ganhar a guerra, por exemplo contra o fascismo, os monopólios e latifundiários, assim como o contra o imperialismo, a táctica visa objectivos menos importantes, visto que se estorça por ganhar, não a guerra no seu conjunto, mas esta ou aquela batalha, este ou aquele combate, por realizar com êxito tal ou tal campanha, numa fase de fluxo ou refluxo da revolução. A táctica está subordinada à estratégia. Enquanto a estratégia responde à questão «que fazer?», a táctica determina «como fazer?». Enquanto a estratégia permanece, no fundamental, sem alteração, durante toda uma etapa histórica, a táctica modifica-se com os fluxos e refluxos do processo revolucionário.

6. Quando Lênine escreveu as «Duas Tácticas...», o movimento democrático dirige-se fundamentalmente contra o feudalismo, tinha um carácter democrático-burguês, inseria-se no processo da revolução burguesa. Mas, na actualidade, salvo em países subdesenvolvidos, os movimentos democráticos têm, fundamentalmente, um carácter antimonopolista. Tal o caso de Portugal, onde, como o indica o PCP, a revolução actual não é uma revolução democrático-burguesa, mas uma revolução democrática e nacional, de carácter profundamente popular e cuja realização depende e depende do papel determinante do proletariado, do seu partido e das massas populares.

1. A revolução não é um processo espontâneo, mas sim uma poderosa criação das massas, em que desempenha enorme papel a acção dos partidos. A revolução exige que cada partido defina claramente a sua conduta. Isto é, que elabore a sua estratégia e a sua táctica, aplicando-a às condições concretas.

7. A revolução não é uma luta de classes simples, mas sim uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas.

8. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas.

9. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas.

10. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas.

11. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas.

12. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas.

13. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas.

14. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas.

15. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas. A revolução democrática é uma luta de classes complexa, em que se desenvolvem, simultaneamente, as lutas democráticas e as lutas socialistas.

Temas ideológicos

Marx e o marxismo

A doutrina de Marx é omnipotente, porque é justa. (Lênine)

Karl Marx, cujo nascimento ocorreu há cento e sessenta anos, precisamente a 5 de Maio de 1818, criou, com o seu amigo e companheiro Friedrich Engels, a doutrina transformadora do mundo que traz o seu nome. Assinalamos a efeméride evocando muito sinteticamente as origens do marxismo e as suas partes constitutivas.

As origens do marxismo

Desde o tempo de Marx e Engels que o marxismo, mais tarde enriquecido pela contribuição decisiva de Lênine, não tem deixado de desenvolver e expandir, de ganhar maior prestígio e acção. Hoje, até mesmo os seus piores inimigos são obrigados a reconhecer a sua validade em numerosos campos e a sua crescente influência entre as massas. A explicação para esta carreira vitoriosa encontra-se também nas próprias origens e raízes do marxismo.

Raízes sociais

O marxismo é a visão do mundo da classe operária. Ele surgiu e tem-se afirmado como a doutrina científica que responde aos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, de todos os explorados e oprimidos. No marxismo encontram eles não só a explicação para a sua situação, mas também as soluções e os caminhos que conduzem à sua libertação, à paz, à justiça e ao progresso social.

As partes constitutivas do marxismo

Raízes históricas

Marx e Engels souberam encontrar uma resposta

correcta e cientificamente fundamentada a todas as questões levantadas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista e da técnica industrial. Deram também uma resposta às perguntas levantadas em meados do século passado pelo pensamento avançado da Humanidade.

No terreno das ideias, as fontes directas do marxismo foram a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa clássica, o socialismo utópico e as doutrinas francesas da luta de classes. Desde então para cá, o marxismo não tem deixado de confirmar a sua capacidade de incorporar as grandes descobertas científicas, não tem deixado de manifestar a sua completa e perfeita compatibilidade com os avanços das diversas ciências.

O marxismo é o produto não só do movimento operário mas também do desenvolvimento da cultura mundial. As duas coisas estão indissolivelmente ligadas: Marx e Engels só puderam dar resposta científica aos problemas do movimento operário porque assimilaram criticamente as mais importantes conquistas das ciências e do pensamento progressista do seu tempo e do passado; e só puderam dar resposta aos problemas levantados pelo pensamento e pelas ciências do seu tempo porque se colocaram ao lado da classe operária e da sua justa luta.

A classe operária, a classe do progresso, não está interessada em escamotear ou combater as respostas correctas às questões levantadas pelo progresso social e científico. O marxismo é uma doutrina ligada à vida, que nasceu da vida e com ela cresceu, e não uma doutrina fechada em si mesma, dogmática, sectária. O marxismo é o herdeiro de todas as grandes ideias e do pensamento progressista da Humanidade.

As partes constitutivas do marxismo

O marxismo é uma ciência completa, harmoniosa e uma que compreende, no essencial, três partes constitutivas. A primeira é a filosofia, a visão

do mundo, a concepção das leis gerais do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento. A segunda é a economia política, a ciência das relações e das ligações sociais em que os homens entram no processo da produção, a ciência da «estrutura social», da criação dos bens materiais e da repartição destes pelos membros da sociedade. A terceira é o socialismo científico, a ciência do carácter e das condições da luta de libertação da classe operária, do seu objectivo socialista e das bases da sociedade nova, a sociedade socialista.

A filosofia

A filosofia do marxismo é o materialismo dialéctico. O materialismo é uma filosofia muito antiga, pois os primeiros pensadores que o defenderam surgiram na Grécia mais de seiscentos anos antes de Cristo. O termo materialismo nada tem a ver com a concepção pejorativa que dele foi transmitida pelos filósofos obscurantistas da Idade Média. O materialismo é a concepção do mundo segundo a qual o mundo se explica a partir de si próprio, sem precisar de recorrer a espíritos, deuses ou demónios. O materialismo é inimigo de todas as superstições, permanecendo sempre fiel aos ensinamentos das ciências da natureza, e parte do princípio que a natureza, a matéria, é primordial em relação ao espírito, à consciência. Marx e Engels desenvolveram as concepções materialistas anteriores e deram ao materialismo uma nova dimensão e vitalidade.

Em primeiro lugar, Marx e Engels enriqueceram o materialismo com a dialéctica, entendendo esta como a doutrina do movimento e do desenvolvimento das coisas e fenómenos, a doutrina das leis mais gerais deste desenvolvimento. Na perspectiva do materialismo dialéctico, existem leis segundo as quais as coisas e fenómenos materiais se desenvolvem e mutualemente interpenetram e dissociam, na conexão e acção recíproca gerais da natureza. A filosofia do marxismo, o materialismo dialéctico, é a única a responder às exigências dos sucessivos avanços das ciências da natureza e da

imagem moderna do mundo. Em segundo lugar, Marx e Engels enriqueceram o âmbito do materialismo, até aí restrito à concepção da natureza, e alargaram-no à história, da sociedade humana. Criaram assim o materialismo histórico, segundo o qual a história não é uma sucessão absurda e extemporânea de acontecimentos, sem ordem nem progresso, existindo leis que permitem explicar como e porque se sucedeu os diferentes sistemas sociais como e porquê decorrem uns dos outros. Marx e Engels demonstraram que na base do progresso histórico se encontra, em última análise, o crescimento e desenvolvimento das forças produtivas (que são os instrumentos com que os homens trabalham, a técnica e os próprios homens, com as suas aptidões profissionais e a sua experiência); que, em consequência deste crescimento, de uma forma de vida social se desenvolve outra superior (no feudalismo o capitalismo e deste o socialismo).

A economia política

Partindo da sua concepção materialista da história, segundo a qual a produção, e logo a seguir à produção a troca dos seus produtos, são a base de toda a ordem social, Marx investigou cuidadosamente o modo de produção dos homens. Examinou especialmente as ligações e relações em que os homens entram uns com os outros na produção capitalista. A ciência que se estuda chama-se economia política.

A economia política enquanto ciência já existia. O grande mérito de Marx foi, desenvolvendo-a e aperfeiçoando-a, ter conseguido pô-la no segredo da exploração capitalista (nomeadamente através da descoberta da «mais-valia») e ter desvendado as leis internas do movimento e do desenvolvimento da produção capitalista. A característica essencial desta é a oposição irreconciliável entre os que trabalham e nada possuem senão a sua própria força de trabalho, e os que nada produzem e se apropriam do produto do trabalho dos outros.

Marx apontou a contradição fundamental do capitalismo: o carácter social do trabalho

e a forma privada da apropriação dos produtos do trabalho são inconciliáveis. Daqui resultam os crimes e os sofrimentos do capitalismo. É esta a contradição que tem de ser eliminada; e, o que é mais, pode ser eliminada e foi num terço da Humanidade. É este o objecto da doutrina de Marx que forma a terceira parte constitutiva do marxismo — o socialismo científico.

O socialismo científico

Duas grandes descobertas — a concepção materialista da história e a explicação da exploração capitalista — permitiram a Marx e Engels fundamentar cientificamente a importância e a tarefa histórica da classe operária, ou seja, arrancar o socialismo da utopia, onde até então se encontrava, e transformá-lo numa ciência.

O mais importante da doutrina de Marx e Engels é a definição da importância histórica da classe operária como criadora da sociedade socialista e como libertadora de toda a sociedade da divisão em classes. O socialismo deixava de ser a invenção de um ideal de sociedade, mas a compreensão da natureza, das condições e dos objectivos da luta travada pelo proletariado. Marx e Engels elaboraram o socialismo científico como doutrina científica das condições de libertação do proletariado e da construção da sociedade nova — a sociedade socialista.

Esta nova ordem social, o socialismo, serve todas as camadas populares, pois todas nela se vêem libertas da pressão do grande capital, todo-poderoso na sociedade capitalista. E por isso que todos os trabalhadores — camponeses, artesãos, pequenos comerciantes e industriais, intelectuais, todos os que são sugados pelo grande capital — são aliados reais ou potenciais da classe operária das cidades e dos campos.

«Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; o que importa, porém é transformá-lo». Nesta tese de Marx se exprime sinteticamente todo o conteúdo revolucionário e o objectivo do marxismo. Eis, pois, o grande objectivo do marxismo: transformemos o mundo para o bem da Humanidade!

Dien Bien Phu há 24 anos — a vitória sobre o colonialismo

Dien Bien Phu, a batalha vitoriosa que assegurou o reconhecimento por parte dos colonialistas franceses da independência do Vietname, ocorreu há 24 anos. Em 7 de Maio de 1954, após 55 dias e noites de combates ininterruptos, as forças armadas do povo vietnamita desbarataram as tropas profissionais do colonialismo e da intervenção estrangeira, aniquilando ou fazendo prisioneiros mais de 16 000 soldados e mercenários do imperialismo francês.

Ao mesmo tempo que se construa um país novo, no plano político, militar, económico, cultural e social, as forças de resistência no domínio militar crescem. «Tudo para a frente, tudo para a vitória!», era a palavra de ordem. E, à medida em que a guerra se prolongava, aumentavam as derrotas dos colonialistas.

Em 1953, o Comité Central decidiu desencadear uma batalha de importância estratégica em Dien Bien Phu, confiando ao camarada Giap, comandante-em-chefe do Exército Popular, a direcção das operações. Vários generais colonialistas franceses — De Lattre, Salan, Navarre — sucederam-se sem êxito na guerra imperialista que conduziram contra o povo do Vietname e da Indochina em geral. Dien Bien Phu era a praça forte dos franceses. Ali se esborçaram as esperanças de continuarem a opressão colonialista.

Duzentos mil trabalhadores foram mobilizados para servir a frente de Dien Bien Phu. Dezenas de milhares de jovens das brigadas de choque, articuladas com as unidades de engenharia, abriram novas estradas. Dezenas de milhares de embarcações, de bicicletas, de carros de bois, búfalos ou cavalos eram utilizados para abastecer as primeiras linhas em alimentação e munições.

Depressa os governantes franceses e os militares coloniais se deram conta de terem subestimado as forças e a capacidade dos vietnamitas. Na noite de 13 de Março, saídos da terra, os vietnamitas lançam o primeiro assalto. Os batalhões da

Legião começam a debandada, as primeiras brechas aparecem, o campo de aviação é destruído dias mais tarde. Em pára-quadras chegam reforços às tropas colonialistas. Mas nada detém o impulso libertador.

Segundo revelações de jornalistas franceses, só o recio de destruir completamente o governo da acotarem a flota do secretário de Estado americano Foster Dulles: nada menos que duas bombas atómicas para estancar «a progressão do comunismo da Ásia do Sul». Churchill, por seu lado, encalhando as unhas, envia conselhos.

Mas de nada valeram. A 7 de Maio, esgotou-se todo o poderio agressivo dos colonialistas. E 75 dias mais tarde, o governo francês assinava em Genebra a aceitação da paz na Indochina na base do respeito da independência, da soberania, da unidade e da integridade territorial do Vietname, do Laos e do Camboja.

Foi o culminar da primeira fase da resistência vietnamita contra o colonialismo e o imperialismo, conduzida pelo Partido dos Trabalhadores do Vietname sob a direcção do camarada Ho-Chi-Minh.

Data de 1929 a formação da Associação dos Jovens Revolucionários, na província de Cao-Bang. Ali se formam também as primeiras células do Partido Comunista, que resistem ao terror e à repressão, tanto francesa como dos invasores japoneses, quando da Segunda Guerra Mundial. Forma-se por essa altura a Liga Viet-Minh. Falando dessa época, o camarada Giap recorda as



Esperando a hora do assalto



Uma vista aérea do campo entrançado onde o colonialismo francês sofreu uma derrota decisiva



A luta de libertação levava o esclarecimento ao campo inimigo, através da aparelhagem sonora instalada pelos soldados patriotas da Indochina



Soldados franceses abrindo trincheiras



O poder da artilharia do exército de libertação foi factor de peso no desenrolar do combate

A VENDA

LEONID BREJNEV

A TERRA PEQUENA

O fascismo é o inimigo comum de todos os povos, o heroísmo e a abnegação são valores comuns aos homens de diferentes nacionalidades que vertem o seu sangue na luta contra esse inimigo, e a paz é a nossa mais cara aspiração comum. Por isso, como autor destas notas da frente, como soldado que combateu pela liberdade, confio em que não ficarei incompreendido. Esta confiança inspira-se na esperança de que as minhas recordações encontrarão eco no nosso país, cujo povo, depois de muitos anos de luta heróica contra o fascismo, entrou no caminho de uma nova vida.

L. Brejnev

edições Avante!

Uma distribuição CDL

Semana

3 Quarta-feira 1936 - A Frente Popular ganha as eleições em França.

Chega ao 17.º dia a greve da fome dos presos políticos que estão detidos no presídio de Itamaracá, no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil...

4 Quinta-feira 1970 - Num comício realizado na Universidade de Kent, EUA, contra a intervenção americana na Indochina, a polícia mata a tiro 4 pessoas e feriu mais 15.

O presidente soviético Leonidas Brejnev, chega à República Federal Alemã para uma visita de quatro dias, o que constitui mais um importante passo para o desanuviamento e para a paz.

5 Sexta-feira 1818 - Nasce Karl Marx.

O presidente soviético Leonidas Brejnev, de à RFA, pede a proibição internacional da bomba de neutrões. Os racistas sul-africanos invadem Angola, num ataque criminoso a campos de refugiados namibianos em Angola...

6 Sábado 1875 - Nasce Thomas Mann, famoso escritor alemão antinazi, Prémio Nobel em 1929.

O ministro da Defesa angolano revela pormenores do ataque dos racistas sul-africanos contra campos de refugiados namibianos em Angola: participaram no ataque 500 paraquedistas sul-africanos apoiados por aviões tipo "Mirage", "C-130", helicópteros "Puma" e bimoteres "Comberas"...

7 Domingo 1954 - Vitória da Resistência vietnamita em Dien Bien Phu, que põe fim ao colonialismo francês naquele país.

Ao terminar a visita à RFA do presidente soviético Leonidas Brejnev, é reafirmada a vontade mútua de aprofundar o desanuviamento; a cooperação bilateral no domínio económico e técnico foi objecto de um acordo diversificado...

8 Segunda-feira 1945 - A Alemanha nazi assina a Acta da rendição incondicional.

O presidente do Conselho Revolucionário e primeiro-ministro do Afeganistão, Noor Muhammad Taraki, afirma que o processo que tem lugar actualmente no seu país é uma Revolução Democrática e Popular...

9 Terça-feira 1945 - O Exército soviético liberta Praga, Dia da Vitória na II Guerra Mundial.

O corpo de Aldo Moro é encontrado no centro de Roma, assassinado com onze balas. Os ministros da Organização de Produtores de Petróleo (OPEP) acordam em aumentar o preço deste produto em cerca de 7% durante os últimos 6 meses deste ano...



A determinação, o espírito de sacrifício e a organização do povo angolano mais uma vez postos à prova

Nova agressão a Angola

Enquanto a propaganda do capital continua a agitar o espantinho da «ameaça russa» e «cubana» por terras de África (e não só...), a realidade dos factos volta a deixar claro onde se encontram os agressores.

No dia 4 de Maio tropas sul-africanas atacaram a cidade de Cassinga, no Sul da República Popular de Angola, 250 km no interior do território deste país. Tropas paraquedistas foram lançadas neste centro mineiro depois da zona ter sido bombardeada...

Destá vez — contrariamente ao que tem acontecido desde que as tropas da África do Sul invadiram Angola em 1975, desferindo repetidamente novos ataques — o governo racista de Pretória reconheceu publicamente a agressão...

as prisões acentuaram-se). Uma pretensão absurda, mas mesmo assim uma pretensão. Entretanto, na Rodésia, o «governo de transição», preocupado com a envergadura da luta armada e do protesto popular nas suas várias formas...

No dia 3 deste mês a Assembleia Geral das Nações Unidas exigiu a retirada incondicional da África do Sul do território da Namíbia e recomendou sanções económicas para apoiar a sua exigência. A invasão de Angola por forças sul-africanas, a pretexto de perseguir patriotas da SWAPO — movimento de libertação da Namíbia — foi no dia 4...

Aldo Moro assassinado

Os comunistas portugueses, vítimas de uma ditadura terrorista cujos crimes se prolongaram por muitos anos, sabem do que falam quando condenam o terrorismo. O rapto e o assassinato de Aldo Moro trazem facilmente à memória de todos os democratas a brutal actuação da PIDE no nosso país.

O acto criminoso que vitimou o dirigente político italiano, veementemente condenado no mundo inteiro, não pode deixar de ser um sinal de alarme, a par de muitos outros, contra a ameaça fascista bem patente em Portugal.

PCP solidário com a luta dos povos africanos e árabes

A Etiópia é um país extremamente atrasado sob o ponto de vista de desenvolvimento económico, um país durante anos e anos reduzido à miséria por uma monarquia decadente e servil aos interesses do imperialismo internacional. Mas a Etiópia é também um país rico de esperança na sua jovem revolução, um país onde todo o povo participa na luta por uma vida nova com uma confiança que foi amplamente testemunhada nos festejos do 1.º de Maio na capital, Addis Abeba.

Neste dia de luta, toda a população, através das suas organizações de classe, as associações populares, as organizações de juventude e outras, desfilou pelas ruas no mesmo ritmo de determinação revolucionária que pulsa nas suas forças armadas e no seu governo popular. Addis Abeba é a capital de um país em revolução. E é, por isso mesmo, também, um centro de luta contra o imperialismo, onde se realizará de 15 a 17 de Setembro de 1978, a «Conferência Internacional de Solidariedade com a luta dos povos africanos e árabes contra o imperialismo e a reacção».

Esta foi a decisão de um encontro internacional para debate de questões relativas à solidariedade internacional para com a luta dos povos africanos e árabes contra o imperialismo e a reacção realizado em Addis Abeba, de 28 a 30 de Abril passado, no qual o PCP esteve representado por João Paulo Guerra, colaborador do CC. No encontro participaram 35 organizações internacionais, entre as quais o Conselho Mundial da Paz, a Federação Sindical Mundial, a Federação Democrática Internacional das Mulheres, a Federação Mundial da Juventude Democrática, a União Internacional dos Estudantes, a Organização Internacional dos Jornalistas e outras organizações não governamentais de países socialistas e capitalistas de todos os continentes...

O PCP reafirma o apoio aos povos africanos e árabes. Na sua intervenção, no decorrer do encontro, o representante do PCP, salientou que o PCP é em Portugal o mais activo propagandista do conteúdo, dificuldades e sucessos da profunda revolução que trouxe a liberdade para o povo e que tem sabido defender-se da reacção interna e do imperialismo. Sublinhando esta forma concreta da solidariedade do PCP, Paulo Guerra caracterizou depois as manobras imperialistas tendentes a deformar os objectivos, as realizações e as conquistas das forças revolucionárias e afirmou a posição de apoio dos comunistas portugueses à URSS, ao campo socialista e a todos os povos que se libertaram ou lutam contra a opressão colonial e contra o imperialismo, nomeadamente aos regimes revolucionários de Moçambique e Angola, condenando as agressões do regime de Ian Smith e da África do Sul contra estes Estados. O representante do PCP sublinhou a solidariedade que nos merecem os combatentes do Zimbábue, conduzidos pela Frente Patriótica do Zimbábue, a luta do povo da Namíbia contra

independência como a Frente Patriótica do Zimbábue, a SWAPO, o ANC, a Organização da Libertação da Palestina, a Frente Polisário — e partidos políticos entre os quais o PCP, o Partido do Líbano, etc.

Na sua intervenção, no decorrer do encontro, o representante do PCP, salientou que o PCP é em Portugal o mais activo propagandista do conteúdo, dificuldades e sucessos da profunda revolução que trouxe a liberdade para o povo e que tem sabido defender-se da reacção interna e do imperialismo. Sublinhando esta forma concreta da solidariedade do PCP, Paulo Guerra caracterizou depois as manobras imperialistas tendentes a deformar os objectivos, as realizações e as conquistas das forças revolucionárias e afirmou a posição de apoio dos comunistas portugueses à URSS, ao campo socialista e a todos os povos que se libertaram ou lutam contra a opressão colonial e contra o imperialismo, nomeadamente aos regimes revolucionários de Moçambique e Angola, condenando as agressões do regime de Ian Smith e da África do Sul contra estes Estados.

Na sua intervenção, no decorrer do encontro, o representante do PCP, salientou que o PCP é em Portugal o mais activo propagandista do conteúdo, dificuldades e sucessos da profunda revolução que trouxe a liberdade para o povo e que tem sabido defender-se da reacção interna e do imperialismo. Sublinhando esta forma concreta da solidariedade do PCP, Paulo Guerra caracterizou depois as manobras imperialistas tendentes a deformar os objectivos, as realizações e as conquistas das forças revolucionárias e afirmou a posição de apoio dos comunistas portugueses à URSS, ao campo socialista e a todos os povos que se libertaram ou lutam contra a opressão colonial e contra o imperialismo, nomeadamente aos regimes revolucionários de Moçambique e Angola, condenando as agressões do regime de Ian Smith e da África do Sul contra estes Estados.

Na sua intervenção, no decorrer do encontro, o representante do PCP, salientou que o PCP é em Portugal o mais activo propagandista do conteúdo, dificuldades e sucessos da profunda revolução que trouxe a liberdade para o povo e que tem sabido defender-se da reacção interna e do imperialismo. Sublinhando esta forma concreta da solidariedade do PCP, Paulo Guerra caracterizou depois as manobras imperialistas tendentes a deformar os objectivos, as realizações e as conquistas das forças revolucionárias e afirmou a posição de apoio dos comunistas portugueses à URSS, ao campo socialista e a todos os povos que se libertaram ou lutam contra a opressão colonial e contra o imperialismo, nomeadamente aos regimes revolucionários de Moçambique e Angola, condenando as agressões do regime de Ian Smith e da África do Sul contra estes Estados.

Na sua intervenção, no decorrer do encontro, o representante do PCP, salientou que o PCP é em Portugal o mais activo propagandista do conteúdo, dificuldades e sucessos da profunda revolução que trouxe a liberdade para o povo e que tem sabido defender-se da reacção interna e do imperialismo. Sublinhando esta forma concreta da solidariedade do PCP, Paulo Guerra caracterizou depois as manobras imperialistas tendentes a deformar os objectivos, as realizações e as conquistas das forças revolucionárias e afirmou a posição de apoio dos comunistas portugueses à URSS, ao campo socialista e a todos os povos que se libertaram ou lutam contra a opressão colonial e contra o imperialismo, nomeadamente aos regimes revolucionários de Moçambique e Angola, condenando as agressões do regime de Ian Smith e da África do Sul contra estes Estados.

Na sua intervenção, no decorrer do encontro, o representante do PCP, salientou que o PCP é em Portugal o mais activo propagandista do conteúdo, dificuldades e sucessos da profunda revolução que trouxe a liberdade para o povo e que tem sabido defender-se da reacção interna e do imperialismo. Sublinhando esta forma concreta da solidariedade do PCP, Paulo Guerra caracterizou depois as manobras imperialistas tendentes a deformar os objectivos, as realizações e as conquistas das forças revolucionárias e afirmou a posição de apoio dos comunistas portugueses à URSS, ao campo socialista e a todos os povos que se libertaram ou lutam contra a opressão colonial e contra o imperialismo, nomeadamente aos regimes revolucionários de Moçambique e Angola, condenando as agressões do regime de Ian Smith e da África do Sul contra estes Estados.

Na sua intervenção, no decorrer do encontro, o representante do PCP, salientou que o PCP é em Portugal o mais activo propagandista do conteúdo, dificuldades e sucessos da profunda revolução que trouxe a liberdade para o povo e que tem sabido defender-se da reacção interna e do imperialismo. Sublinhando esta forma concreta da solidariedade do PCP, Paulo Guerra caracterizou depois as manobras imperialistas tendentes a deformar os objectivos, as realizações e as conquistas das forças revolucionárias e afirmou a posição de apoio dos comunistas portugueses à URSS, ao campo socialista e a todos os povos que se libertaram ou lutam contra a opressão colonial e contra o imperialismo, nomeadamente aos regimes revolucionários de Moçambique e Angola, condenando as agressões do regime de Ian Smith e da África do Sul contra estes Estados.

Brejnev na RFA: mais um passo na luta pela Paz

A visita à RFA do camarada Leonid Brejnev, presidente da URSS e secretário-geral do PCUS, revestiu-se de uma importância muito particular. Pelo tema e o objectivo das conversações: a paz, o desanuviamento, o processo de desarmamento. Porque, como aliás foi destacado por Brejnev, as relações entre esses dois países da Europa dão de certa forma a medida dos progressos e das dificuldades no desanuviamento. Porque os encontros registados entre os dirigentes dos dois países se saldaram num comunicado francamente positivo, que poderá vir a constituir mais uma plataforma no caminho da paz. Porque, no campo das relações bilaterais, no campo da economia, da ciência, da técnica, foi assinado mais um acordo de longo prazo, que garante o prosseguimento e aprofundamento de boas relações entre os dois países — sem que a distensão no centro nevrálgico de confronto entre o socialismo e o capitalismo é impensável.

As conversações entre o camarada Brejnev e o primeiro-ministro da RFA, Helmut Schmidt, visaram essencialmente, como já dissemos, a análise do processo de desanuviamento, o estudo das medidas possíveis que conduzam ao desarmamento efectivo. No comunicado final reflecte-se exactamente essa preocupação e o acordo — positivo — obtido. Ambas as partes exprimem a sua vontade de aprofundar o processo de desanuviamento, considerado não só como única forma para reforçar a cooperação pacífica entre Estados mas como indispensável, possível e útil. São destacados vários elementos importantes do processo de desanuviamento, como a necessidade de agir para que todas as disposições e princípios fixados na acta final de Helsínquia sejam totalmente levados à prática, o desejo de que ninguém tente obter a supremacia militar, considerando-se que a igualdade e a paridade são suficientes para assegurar a defesa, sublinhando-se que "as medidas apropriadas no que concerne ao desarmamento e à limitação dos armamentos nos domínios nuclear e convencional que correspondam a este princípio teriam uma grande importância". Foi também realçada a importância das conversações que decorrem em Viena para a redução de armamento na Europa Central e, no que respeita a Berlim Ocidental — correntemente utilizada como centro de provocação contra a RDA — a necessidade de rigorosa observação do acordo quadripartido de 3 de Setembro de 1971, que constituiu um importante passo para a distensão.

No comunicado final assinado por Brejnev e Schmidt está também inserida uma afirmação extremamente importante: a íntima relação entre o desarmamento e o desanuviamento. As partes concordaram em que "a preparação das medidas a tomar no domínio do desarmamento e da limitação dos armamentos deve ser acelerada de forma a que o desenvolvimento no domínio militar não impeça o desanuviamento, mas pelo contrário o complete". Desanuviamento e desarmamento são duas faces de uma mesma realidade — duas faces de uma mesma necessidade, de uma mesma batalha. Não subestimando o aspecto político, o problema militar, ou seja, do desarmamento, assume hoje uma acuidade particular. Não é por acaso que sobe o tom agressivo dos mercadores de armas enquanto, paralelamente, a comunidade socialista soma sucessivas propostas para o desarmamento nos mais variados domínios. No confronto entre o socialismo que, sem ceder um passo, luta tenazmente pela paz, e o empenhamento na corrida aos armamentos do capital internacional, a balança penderá, por força da luta e da vontade dos povos, para a necessária construção da paz.

Greve da fome no Brasil com o apoio do MDB mostra isolamento do Governo

Num acto de protesto contra o isolamento em que vivem dois dos seus companheiros presos em Pernambuco, 33 presos políticos do regime fascista brasileiro fizeram uma greve da fome nas prisões do Rio de Janeiro.

As mães e outros familiares dos detidos, num acto de solidariedade e protesto, fizeram por sua vez uma greve da fome simbólica durante dez horas, no salão nobre da Assembleia Legislativa.

As autoridades da Assembleia, onde o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) é maioritário cederam a sala para o acto simbólico em que participaram também representantes estudantis, elementos da Comissão Brasileira pela Amnistia, artistas e intelectuais.

Foram recebidos vários telegramas de solidariedade do Brasil e do estrangeiro, incluindo tomadas de posição solidárias da parte de exilados políticos perseguidos pela ditadura brasileira.

Na Suécia um grupo de brasileiros exilados fez também uma greve simbólica. A greve dos 33 presos políticos foi desencadeada pelos 19 companheiros detidos em Pernambuco no norte do país.

Entretanto, segundo o secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho, o general João Batista de Figueiredo, sucessor designado para a Presidência da República, «projecta um golpe político, no caso de uma vitória da oposição» nas próximas eleições previstas para Novembro próximo.

Se a oposição vencer tudo «explodirá», ameaça o general Figueiredo. A vontade expressa pelo povo brasileiro está assim ameaçada de antemão, com o propósito claramente expresso de anular o resultado das urnas. Mas o secretário-geral do MDB reafirma que «nada resta ao povo senão votar de forma maciça nos que se opõem ao poder arbitrário e absoluto, que nega as nossas tradições democráticas e nos reduz à condição de um Estado primitivo».

Se a oposição vencer tudo «explodirá», ameaça o general Figueiredo. A vontade expressa pelo povo brasileiro está assim ameaçada de antemão, com o propósito claramente expresso de anular o resultado das urnas. Mas o secretário-geral do MDB reafirma que «nada resta ao povo senão votar de forma maciça nos que se opõem ao poder arbitrário e absoluto, que nega as nossas tradições democráticas e nos reduz à condição de um Estado primitivo».



Aspecto dos trabalhos. Ao fundo, um grande busto de Marx

A Revolução socialista na RDA e a herança de Marx

De 3 a 5 de Maio efectuou-se em Berlim, capital da RDA, uma conferência sobre «A Revolução Socialista na RDA e a realização da herança teórica de Karl Marx. O lugar e o papel da RDA no processo revolucionário mundial». A conferência foi presidida

pela camarada Hanna Wolf, membro do CC do PSUA e directora da Escola Superior do PSUA. Além do Partido organizador, estiveram presentes os Partidos e movimentos de libertação dos seguintes países: União

Soviética, Polónia, Checoslováquia, Hungria, Roménia, Bulgária, Mongólia, Vietname, Cuba, Indonésia, Alemanha Federal, Portugal, Itália, Estados Unidos, México, Chile, Bolívia, Etiópia, Guiné-Bissau/Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé

Afeganistão: a mais jovem revolução do mundo

Cabul, capital do Afeganistão, viveu o 1.º de Maio - declarado feriado pelo Conselho Revolucionário - como um grande dia de festa, a festa da revolução, como um dia de confraternização entre povo e soldados. Pela primeira vez há muitos anos os policiais andavam desarmados. Os carros de combate surgiram cheios de flores. Flores foram oferecidas aos soldados que participaram de uma forma decisiva no derrubamento do anterior regime, abrindo o caminho da revolução.

Esta a melhor resposta aos esforços que a propaganda imperialista tem vindo a fazer por todo o mundo para denegrir o significado e o alcance dos acontecimentos de 27 de Abril,

de os apresentar como uma chacina, um golpe militar manobrado e promovido do exterior, sem íntima ligação com o povo afegão. Aliás o 1.º de Maio vem

unicamente confirmar o carácter popular do processo revolucionário. Já bem evidenciado na cronologia dos acontecimentos: assassinado o dirigente comunista Amir Akbar Khiberi, no dia 17 de Abril, o seu funeral constituiu uma grande manifestação de massas. O governo tentou recorrer à repressão, prendendo outros sete dirigentes comunistas. Menos de 24 horas depois, os soldados avançam sobre o palácio presidencial.

No dia 2 de Maio é anunciado o novo governo do Afeganistão, dirigido por Mohamed Taraki, presidente do Partido Popular dos Trabalhadores do Afeganistão. O governo inclui, como vice-primeiro-ministro,

o secretário-geral do Partido, para além de outros destacados dirigentes comunistas e militares de esquerda. Uma das primeiras medidas tomadas pelo Conselho Revolucionário foi a confiscação e nacionalização dos bens da família real.

Simultaneamente, milhares de habitantes das diversas províncias do país, delegações de camponeses, operários, eclesiásticos e tribos nómadas têm manifestado o seu apoio ao novo governo que iniciou campanha de esclarecimento de massas, com a realização de comícios em que se denuncia a corrupção e os fracassos económicos do regime derrubado e se garante

que as riquezas do país não continuarão a ficar nas mãos de meia dúzia.

Cabul está em paz. Como todo o Afeganistão. Não houve as proclamadas chacinas. As mortes verificadas devem-se à resistência, aos revolucionários no palácio presidencial. As próprias agências de informação da capital reconhecem que o número de mortos civis é insignificante. Conforme denunciou Mohammed Taraki, «a reacção internacional recorre a várias formas e métodos de subversão contra o movimento de libertação dos povos de todo o mundo, contra os regimes progressistas e patrióticos. Agora que o poder no Afeganistão passou para as mãos das forças verdadeiramente nacionais, progressistas, democráticas e patrióticas como resultado da revolução vitoriosa de 27 de

Abril a reacção internacional desencadeou uma campanha para distorcer os factos e a essência dos acontecimentos. Tenta convencer a opinião pública mundial de que a revolução de 27 de Abril não é uma expressão dos interesses do povo e que foi realizada com ingerência estrangeira».

O Afeganistão iniciou a construção de uma nova vida. Na unidade de todas as forças progressistas. Com trabalhadores e soldados empenhados numa mesma batalha. E a despeito da propaganda imperialista, depois da URSS já outros países reconheceram o novo governo, incluindo países da Europa capitalista. O 27 de Abril de 1978 insere-se inexoravelmente no avanço das forças democráticas à escala mundial, realidade indelmentável dos nossos dias.



AFEGANISTÃO - Estado da Ásia Ocidental com fronteira com a União Soviética, o Irão e o Paquistão, e uma curta fronteira com a China. 550 000 Km². Cerca de 18 800 000 habitantes. A capital é Cabul. Outras cidades importantes: Hérat e Candar. País montanhoso, de clima áspero, com grandes zonas áridas, mas algumas regiões férteis.

protectorado inglês em 1907, mas reconquistou a independência em 1921.

Em Julho de 1973 um golpe de Estado militar derrubou a monarquia, sendo proclamada a República do Afeganistão. Este movimento foi promovido e apoiado pelas forças progressistas do país, mas integrando também outras forças com diferentes objectivos.

Na antiguidade, o Afeganistão conheceu brilhante civilização influenciada pela Grécia e pela Índia. Islamizado no século IX, o país foi longamente disputado por inúmeras dinastias. No século XIX sofreu o domínio inglês. Sujeito à dupla influência russa e inglesa, em 1885, o Afeganistão tornou-se praticamente um

As promessas e os projectos apresentados em 73 não foram cumpridos. Particularmente depois de 75 deu-se um processo de afastamento do poder de todos os elementos de esquerda. O levantamento militar e popular do dia 30 de Abril pôs cobro a esta situação, iniciando um novo período na história do povo afegão.

Um passado de opressão e luta

Ainda há alguns dias o Afeganistão era um país completamente desconhecido no panorama mundial. Hoje impôs-se como um elemento novo que ninguém pode ignorar. Nos órgãos de Informação de todo o mundo buscaram-se mapas e informações. As forças progressistas saudaram a jovem revolução como se saúde mais um povo liberto, mais um contributo positivo para o seu avanço a nível internacional. A reacção não escondeu o descontentamento e a apreensão.

Um dos mais antigos Estados da Ásia, com 18 000 000 de habitantes, o Afeganistão é um dos 25 países mais atrasados do mundo. O rendimento por habitante não ultrapassa os 70 dólares anuais. A agricultura contribui para cerca de metade do produto nacional bruto e emprega mais de 80% da população activa — entretanto cultivam-se apenas 4,5 milhões dos 8 milhões de terras aráveis. O país conta com pouco menos de 95% de analfabetos. Os dados registados na monarquia não foram substancialmente alterados com a implantação da República. O Afeganistão viu o seu desenvolvimento sucessivamente coarçado pelo regime feudal, sob a monarquia, e pela traíção aos ideais revolucionários que norteavam muitos dos que implantaram a República.

que reunia representantes do clero, da nobreza feudal e tribal, rejeitava a aplicação de reformas. A corrupção campeava no governo, cujos membros se dedicavam em grande parte ao tráfico de drogas. Embora a Constituição de 1964 inserisse alguns artigos sobre liberdades democráticas, a repressão contra as forças progressistas era brutal. Os comunistas, organizados no Partido Popular dos Trabalhadores do Afeganistão, fundado em 1955, lutavam na clandestinidade.

Entretanto a luta popular desenvolvia-se. A imprensa da oposição, que tinha que surgir sob a aparência de «neutral», criticava a ausência de liberdades, a corrupção. Em 1972/73, as greves do proletariado afegão, fundamentalmente de carácter económico, começaram a assumir características políticas. A sua luta juntaram-se primeiro os estudantes e depois os camponeses. Em 1966 o órgão do Partido Popular dos Trabalhadores do Afeganistão, «Khalq» («Povo»), hoje «Parcham» («Bandeira»), publica o programa do Partido, com um apelo à formação de um governo democrático nacional. Em resposta (apesar da repressão, apesar de o Partido ser então clandestino) manifestaram-se em

Cabul, a capital, milhares de pessoas — uma clara demonstração do descontentamento popular e do apoio dos comunistas do Afeganistão entre as massas trabalhadoras, implantação hoje mais uma vez confirmada.

A Implantação da República

O golpe militar que em Julho de 1978 derrubou a monarquia proclamando a República, realizou-se sem derramamento de sangue. A população das 29 províncias do Afeganistão aclamou a mudança de poder. A situação extremamente difícil que se vivia no país, a posição assumida por parte importante das Forças Armadas a favor da República e de profundas transformações sociais, a favorável evolução do panorama internacional — são a base desta mudança pacífica. A República prometeu muita coisa ao povo afegão: uma economia nacional desenvolvida, na base da planificação, a Reforma Agrária, uma legislação de trabalho favorável aos operários e camponeses, a reforma do ensino, uma política de aproximação de etnias, uma política externa baseada na neutralidade e, no apoio ao movimento de libertação. Foram tomadas algumas medidas: abolição dos títulos e privilégios nobiliárquicos, controlo sobre os meios de informação e propaganda, nacionalização do ensino, lei do trabalho, distribuição parcial de terras. Mas a Reforma Agrária nunca chegou a ser feita, o plano de

transformações económicas e sociais ficou por esboços nunca desenvolvidos nem aplicados. Os «Democratas Progressistas», partido que exprime os interesses das classes exploradoras, exigiram voz para a oposição e manobravam para se introduzir nos órgãos de poder. O «Chama Eterna» — partido esquerdista — atacava indiscriminadamente o poder republicano e instilava o quotidiano e «indispensável» anti-sovietismo.

Em 1974 começaram os saneamentos à esquerda, as perseguições às forças progressistas. A contradição estava no ovo. As forças que implantaram a República eram forças heterogéneas. Tinham-se batido lado a lado verdadeiros revolucionários, alguns dos mesmos que hoje entregaram o poder ao povo afegão, e outros que de forma alguma estavam empenhados na concretização das transformações de que tiveram que fazer então bandeira de luta. Entre estes Mohamed Danod, primo e cunhado do rei deposto, que de 53 a 63 chefiou o governo da monarquia, tendo então iniciado o 1.º plano quinquenal de desenvolvimento e perilhado uma política de neutralidade e de activação das relações económicas com a URSS. Que depois entrou no processo de transformação social, e contribuiu para o afastamento do poder das forças de esquerda. Hoje derrubado pelo levantamento popular que abriu ao Afeganistão os caminhos de uma revolução por que o seu povo há tanto tempo luta.



Imagens do Afeganistão: o rio Cabul atravessa a capital, situada num vale entre montanhas; uma jovem camponesa; festa islâmica numa praça da cidade; os montes nevados de Hindou Kouch

O levantamento popular polaco na luta contra o nazismo

A Polónia foi o primeiro país ocupado durante a Segunda Guerra Mundial a oferecer resistência armada aos exércitos hitlerianos.

Desde o dia 1 de Setembro de 1939 e durante cinco semanas, sem qualquer ajuda dos aliados

ocidentais, em condições de absoluta inferioridade em relação aos invasores fascistas, mais de 65

mil soldados polacos perderam a vida. A resistência armada da Polónia no início da guerra contribuiu de forma decisiva para os aliados concretizarem a mobilização e concentração dos seus exércitos, enquanto os

alemães sofriam pesadas perdas — mais de 40 mil soldados, 700 carros de combate, cerca de 600 aviões.

A destruição da Polónia, como o próprio Hitler afirmou em 22 de Agosto de 1939, constituía o primeiro objectivo dos nazis. Para tal desenvolveram todos os esforços, tendo assassinado, ao longo da guerra, 6 028 000 cidadãos polacos. Deste número, só 644 000 pessoas perderam a vida em consequência das operações directas da guerra e nas frentes de combate, enquanto 5 284 000, ou seja 89,3%, foram vítimas de assassinatos maciços levados a cabo pelas hostes hitlerianas.

A terrível campanha destruidora desencadeada contra a Polónia é testemunhada elucidativamente pela proporção de vítimas — 220 em cada mil habitantes perderam a vida.

Mas à brutal política de terror instaurada pelos invasores o povo polaco respondeu com a luta sem tréguas pela liberdade. Nos anos de 1939 a 1941 desenvolveu-se por todo o país uma rede de organizações clandestinas e de grupos de diversas tendências políticas, orientados pelo objectivo comum de lutar contra o ocupante. Entretanto, em 1940, o Governo polaco no exílio organiza no território ocupado da Polónia

a União da Luta Armada, que em 1942 se transforma no Exército Nacional.

O movimento de resistência ganharia particular ímpeto em Janeiro de 1942 com a formação do Partido Operário da Polónia, força política que traçou o programa da luta activa contra o ocupante nazi criando, na base dos grupos armados de esquerda existentes, os seus próprios destacamentos — a Guarda Popular, que mais tarde se transformou no Exército Popular de guerrilhas.

Apesar dos intensos esforços desenvolvidos, os nazis não conseguiram sufocar o movimento guerrilheiro e limitar a sua acção, como o prova por exemplo a revolta armada da população de Varsóvia em Agosto de 1944, o maior levantamento da história da Segunda Guerra Mundial, que durou sessenta e três dias e onde morreram 250 mil pessoas.

Para além da luta de libertação da sua própria pátria, o Exército polaco lutou em todos os países da Europa ocupados pelos nazis, lado a lado com os movimentos de libertação da França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, e ainda na região dos Balcãs, Checoslováquia e União Soviética.

9 de Maio: uma nova vida para a Checoslováquia

A Segunda Guerra Mundial terminou no território da Checoslováquia. Na madrugada do dia 9 de Maio de 1945, penetraram em Praga os tanques do 10.º Corpo do IV Exército da Guarda de Tanques de Combate do general D. D. Lelushenko. Os soldados soviéticos aniquilaram a resistência das restantes tropas nazis e libertaram a capital checoslovaca. Com este acontecimento terminou a libertação da Checoslováquia, no território da qual o Exército Soviético combateu durante 234 dias. Durante estes combates caíram mais de 140 000 soldados soviéticos e 350 000 ficaram feridos. Do 1.º Corpo do Exército Checoslovaco, que lutou juntamente com o Exército Soviético, tombaram 4000 soldados.

Com a libertação de Praga e o aniquilamento das tropas nazis, na zona sul de Praga, terminou definitivamente a Segunda Guerra Mundial.

Para este final contribuiu a sublevação do povo checo contra os ocupantes nazis, em que se combateu e em determinados locais se conseguiu desarmar as guarnições nazis. Numa série de cidades checas e moravas o povo levantou-se contra o ocupante. A sublevação culminou em Praga, onde os nazis quiseram fazer a frente contra as tropas soviéticas que avançavam. No dia 5 de Maio levantaram-se na capital da Checoslováquia umas 1600 barricadas, que impediram a livre circulação dos nazis. Na construção das barricadas participaram cerca de 100 000 pragueus. Milhares deles lutaram atrás das barricadas contra o inimigo. Foi uma luta desigual dos patriotas mais decididos, a que faltavam as armas e munições e quase sempre a instrução militar.

As tropas nazis foram chamadas a Praga. Para os defensores das barricadas a situação era crítica. Rádio Praga, libertada logo no início da sublevação, emitiu apelos de socorro. E este veio do Norte: as tropas soviéticas num avanço relâmpago chegaram a Praga, ajudando a cidade me luta.

Com o 9 de Maio terminou a guerra, terminou a ocupação de seis anos na Checoslováquia. Para o povo checoslovaco esta situação constituiu o começo de uma vida nova, o princípio da formação de uma sociedade nova, uma sociedade mais justa.

Estava claro que o retorno ao estado de coisas de antes da guerra era impossível. E o povo da Checoslováquia manifestou-o com determinação. A sua resistência de seis anos contra os ocupantes

nazis — durante a qual sucumbiram dezenas de milhares de pessoas — não foi uma luta para voltar ao regime antigo, para voltar à República burguesa com as suas injustiças sociais e políticas.

Apesar de que em alguns partidos políticos existiram forças, cujo objectivo era o «status quo» de antes da guerra, a maioria do povo desejava uma mudança e soube empenhado em transformações radicais o Partido Comunista da Checoslováquia, que desde o início ganhou um apoio massivo e uma influência decisiva.

A revolução nacional e democrática — que se inicia em 9 de Maio de 1945 com a libertação da Checoslováquia pelo Exército Soviético — trouxe consigo sérias

alterações na estrutura da sociedade checoslovaca. Mudaram as forças do poder e o seu equilíbrio, e foram dados passos importantes na esfera das relações de Estado. Ainda no ano de 1945 foram aprovados e postos em aplicação os decretos de nacionalizações, que quebraram o poder económico da grande burguesia e dos latifundiários. Foram nacionalizadas as empresas-chave em todos os sectores da economia nacional, e por princípio todas as empresas que laboravam com mais de 500 trabalhadores. Foi realizada a reforma agrária e aos trabalhadores sem terra foi-lhes a mesma distribuída. Os bens dos que colaboraram com os nazis foram confiscados ou nacionalizados.

O povo checoslovaco guarda um reconhecimento eterno aos soldados do Exército Soviético, cuja contribuição para a derrota dos nazis e a libertação da Checoslováquia foi decisiva e paga com enormes sacrifícios em vidas humanas. Ombro a ombro com os soldados soviéticos combateram os membros do Primeiro Corpo do Exército Checoslovaco, que também contribuíram com sacrifícios enormes. Do sangue juntamente derramado pelos soldados das nações dos dois países, nasceu a amizade selada pela luta — a vida nova do povo checoslovaco.



Durante 63 dias a população de Varsóvia lutou heroicamente contra o ocupante nazi. Na foto: milícias populares conduzem um prisioneiro alemão

RDA: 33 anos depois da guerra um país próspero e pacífico

A 8 de Maio de 1945 a «Wehrmacht», o exército nazi alemão, é definitivamente aniquilada pelas forças soviéticas; é assinada a Acta da rendição incondicional. Para isso 30 000 soldados soviéticos perderam a vida à volta do «Bunker» nazi, último refúgio de Hitler.

A Alemanha foi ocupada pelas forças aliadas — os EUA, a Grã-Bretanha, a França e a União Soviética. As Conferências de Yalta e Postdam haviam vinculado os vencedores a decisões muito precisas sobre os problemas da organização da Alemanha após a guerra. Entre elas a desnazificação do país, o castigo dos criminosos e a garantia de liberdades democráticas para que o povo alemão, enfim liberto do horror nazi, reconstruísse em paz

uma vida próspera e pacífica. Essas decisões apenas seriam respeitadas e levadas até ao fim pela União Soviética; a parte ocidental da Alemanha foi transformada pelas forças ocidentais em três zonas de ocupação. Os resultados estão à vista: dum lado a República Democrática Alemã, Estado socialista pacífico, do outro a República Federal da Alemanha, Estado capitalista cujas Forças Armadas constituem uma parte

importante do bloco agressivo da NATO.

A guerra deixara a Alemanha arrasada. Para a reconstrução era imprescindível transformar em realidade as exigências dos comunistas, social-democratas e outros antifascistas que, recém-saídos dos campos de concentração e das prisões, regressados do exílio, pediam a expropriação e a desituição dos privilégios dos verdadeiros responsáveis pela guerra e pelo fascismo, os grandes senhores da guerra e os magnates da indústria de armamento. Isso apenas viria a ser feito na zona oriental.

Desde então a face do território da actual RDA mudou radicalmente. No lugar das velhas fábricas, muitas delas num estado de total abandono e, em grande parte, destruídas, foram construídas empresas que são propriedade do povo e produzem bens para os trabalhadores. Junto delas cresceram novos e grandes centros industriais, em regiões onde, antes de 1945, não havia absolutamente nada. O renome mundial de produtos tão tradicionais como a óptica de Carl Zeiss de Jena e a indústria de aparelhos fotográficos de Dresden, que tinham sido prejudicados pela guerra imperialista, não só voltaram a ter o antigo prestígio internacional, como foram

valorizadas por múltiplas inovações.

Em toda esta obra de reconstrução de cidades e aldeias a RDA contou sempre, de maneira multifórmica, com a ajuda da União Soviética e pôde aproveitar as valiosas experiências deste país. A URSS também iniciou o seu caminho tendo que superar a fome e construir coisas novas dos escombros. Os cidadãos soviéticos sempre foram educados no espírito do socialismo e da solidariedade, o que fez que nascesse e crescesse uma amizade profunda entre os dois povos — hoje livres, prósperos e pacíficos.



O impressionante monumento em Svidnik, em homenagem aos heróis do Exército Checoslovaco